ATA N.º 43/XIII-3º/2021-25

1 - Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas 20h30, nas instalações da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense - SFUAP, sitas na rua União Piedense, na Freguesia da Cova da Piedade, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia (continuação):

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2024, SMAS Almada";

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Opções do Plano e Orçamento para 2024 e Mapa de Pessoal do Município 2024";

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Plano de Atividades e Orçamento para 2024 da WEMOB, E.M., S.A.";

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (dezembro de 2022 a maio de 2023)";

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (junho de 2023 a novembro de 2023)";

3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Plano Anual de Atividades para 2024 do Provedor Municipal dos Animais de Almada";

3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Revisão da Carta Educativa de Almada – Aprovação de documento";

3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Proposta de adjudicação e minuta do contrato, Parque Urbano da Charneca de Caparica";

3.16- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Proposta de adjudicação e minuta do contrato "RAC – Bateria da Raposa – Edifício dos Sapadores";

3.17 – Alteração da composição das Comissões Permanentes;

3.18 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento;

3.19 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

2 – Instalou-se a Mesa da Assembleia Muncipal constituída pelo Senhor Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Pedro Branca Lêdo (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Luis Amado Durão

(PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia Municipal, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) José Joaquim Courinha Leitão (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira, manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU) por impedimento de António José Olaio da Silva (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU) e Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU) e Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino.

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Senhor Paulo Ricardo Figueiredo; o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó Luís Filipe Almeida Palma (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito Armando Martins Gonçalves.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor José Pedro Ribeiro (PS), da Senhora Vereadora Francisca Parreira (PS), da Senhora Vereadora Maria das Dores Marques Banheiro Meira (PS), Senhor Vereador José Luís Bucho (CDU), e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Munícipes

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Munícipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as munícipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os munícipes que não queiram expor a sua situação de forma pública."

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Munícipes João Rocha e João Silva.

5.2.1 – O Senhor Munícipe João Rocha:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por dizer que a Sobreda, no Século passado, e na década de 50, era considerada uma localidade rural que, vivia essencialmente da agricultura, mantendo esta tradição até início da década de 70 que, depois desta

data, começou o despontar do urbanismo sem qualquer tipo de ordenamento. Situação esta que se prolongou durante várias décadas, a qual originou a existência de ruas/estradas sem medidas oficiais, sendo que em algumas delas, apenas pode circular uma viatura em simultâneo, como por exemplo, a Rua Jaime Cortesão e Azinhaga das Estrudinhas, no possuem também passeios com dimensões suficientes, para a circulação de peões portadores e deficiência com cadeira de rodas. Esta situação demonstra o abandono em que a Sobreda, foi sujeita durante várias décadas por todos os executivos cessantes.
Em relação aos lotes destacados nesta União de Freguesias, passo a citar o seguinte: 95% das vivendas existentes atualmente em Vale Cavala, na Charneca de Caparica, são considerados lotes destacados, cujo pagamento das infraestruturas destas ao Município, foi suportado pelo seus proprietários, situação idêntica acontece também na Sobreda, sendo apenas aplicado pelo Munícipe, uma simples rega asfáltica nestes locais, bem como não possuem passeios, nem saneamento básico em algumas zonas e assim vivem as Charnequenses e Sobredenses há décadas.
Termino com as palavras que passo a ler são dirigidas a um grande homem, com o qual tive o privilégio de conviver algumas vezes e com ele falarmos ambos do nosso Alentejo e não só, rnas sabia a priori que, estava a travar um diálogo com um ser humano de grande carácter, chamado - Jorge Barroso, o qual partiu inesperadamente, sendo considerado um grande líder de Recursos Humanos, por todos as Departamentos que passou neste Município e ficando demonstrada as suas qualidades, empenho e dedicação, quer ao nível profissional, quer ao nível humano, nomeadamente, nas funções que exerceu na Câmara Municipal de Almada, de uma forma exemplar e digna dos cargos que lhe foram atribuídos como por exemplo: Diretor Municipal e Diretor Geral do SMAS de Almada, durante os 6 anos, em que prestou serviço nesta Câmara, os seus méritos ficaram bem vincados nesses serviços. Pelo que sugiro que, deveria este Município prestar-lhe uma homenagem."

5.2.2 – O Senhor Munícipe João Silva:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Volto aqui outra vez, com o mesmo assunto que me atormenta.

Comprei uma barraca apalaçada e descobri aqui na Quinta do Desembargador, que há pelo menos um construtor, que é a Sociedade de Construções L.D.J Silvas Lda, que constrói as suas barracas apalaçadas a que chama vivendas, sendo que uma das paredes exteriores é em esferovite, eu nunca vi isto em parte nenhuma. E não vejo pela parte da Câmara Municipal nenhuma atuação.

Tem mais Senhora Presidente, a cércea que essas vivendas têm não é respeitada. A cércea é a altimetria para melhor compreender é a altura da casa desde a soleira da porta até à ponta da chaminé, tem medidas diferentes. Não vejo no processo a responsabilização nem nenhum relatório junto no processo da fiscalização que é também o mesmo senhor que fez o projeto das casas do senhor. Há aqui qualquer coisa que não funciona bem na minha cabeça.

O RUMA no seu artigo 63º, diz que tem que haver um acesso aos telhados, que o senhor também não faz. Eu agora já tenho um, mas mandei-o eu fazer custou-me quase cinco mil euros. O RUMA diz que isto tem que estar lá, é o artigo 63º, nº6. A Câmara Municipal não tem o departamento do urbanismo, não terá por ventura fiscalização? A fiscalização que passa lá, será assim tão exígua? Há aqui qualquer coisa nesta platibanda que não está bem. Isto devia de ter mil milímetros e tem cinquenta milímetros. E depois também não vê esta fiscalização que a Câmara Municipal tem que ter, porque quem faz cumprir o RUMA do meu ponto de vista, é a Câmara Municipal. Não são os munícipes, nós pagamos. Não vê que isto não está lá? Então o que é que faz o fiscal se é que existe. Eu julgo que exista. Quando o urbanismo vê o processo, alguém olha para as partes técnicas e vê o que lá está.

Mas tem mais, andamos com eficiência energética, este construtor faz parte da arquitetura da memória descritiva às tantas atira para o seguinte: projeto do comportamento térmico é obrigatório, o construtor fez zero. Projeto comportamento acústico, o construtor fez zero. Ninguém foi fazer uma vistoria final a esta casa? Onde eu habito, o senhor está a fazer neste momento o lote 88, e eu vi da minha varanda o senhor a fazer a tal

parede em esferovite que depois chama capoto. Capoto não tem nada a ver com paredes nenhumas do exterior. As paredes são em tijolo e capoto é outra coisa completamente diferente que nem está no projeto.

E a altimetria, e a volumetria que tem menos de trinta centímetros, e eu paguei tudo como se tivesse lá tudo feitinho. Pensei eu, que a Câmara Municipal tinha vigiado isto. Vejo que não, cada um faz como quiser.

Senhora Presidente, eu tenho uma vivenda que pago IMI como se fosse uma vivenda. O que eu tenho é uma barraca apalaçada, como se fosse a Falagueira na Amadora ou outros bairros que eu conheço. Estamos condenados a isto na Quinta do Desembargador, todos vão ter os problemas, porque não é só este que faz isto, fazem todos. A parede dupla não existe e não existe lá nada nem entre casas, não existe absolutamente nada. Eu espero que a Câmara Municipal faça alguma coisa por isto, mandem um técnico para ver. O homem nem sabe implantar a obra como é que depois é aprovada a obra? Estamos a brincar? Espero que a Câmara Municipal faça o favor de defender os seus munícipes porque eu pago o IMI e pagamos os impostos para estar lá e pagamos tudo a tempo e horas e também pagamos o imposto automóvel que é para a Câmara."

5.3 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros.

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Senhor João Rocha, dizer que de facto, há muito que a Sobreda não é um território rural, sabemos bem que há muito trabalho para fazer na Sobreda, mas também sabemos que a Sobreda tem as condições para ser dos sítios mais agradáveis para se viver neste Município e que é essa identidade da Sobreda, tão particular, esse bem viver também, que tentamos guardar, requalificando.

Sabemos que há muitas estradas ainda para arranjar, estamos também empenhados naturalmente, naquele que é o grande equipamento da Charneca Sobreda que é os Zagallos, vamos trabalhando tentando trabalhar da melhor forma possível e o mais rapidamente possível, mas também da forma mais equitativa possível um pouco por todo o Município. Não é possível concentrar apenas numa zona e, portanto, tentamos que haja trabalhos de requalificação em todos os espaços de Almada.

Penso que toda a gente reconheceu a importância do Jorge Barroso e prestamos aqui homenagem e aproveitar para dizer a saudade que ele nos deixa e um agradecimento muito especial por tudo o que ele fez e tomamos nota da sua proposta.

Relativamente ao senhor João Silva. Não tenho comigo os dados de saber se a fiscalização já lá foi ou não, naturalmente, as pessoas costumam cá vir reclamar porque os processos de licenciamento e fiscalização, e as necessárias adaptações, nem sempre vão de acordo com o que os privados pretendem. É verdade, o nosso RUMA às vezes também tem problemas, é fundamental podermos fazer uma alteração do nosso Regulamento Urbanístico em relação também às novas exigências do novo Plano Diretor Municipal.

Relativamente à Quinta do Desembargador, eu estava a ver se tinha aqui informações, como eu disse não sabia da sua intervenção, não pude obter em tempo, informações sobre a ação de fiscalização que foi pedida, peço-lhe que deixe os seus contactos e enviaremos uma resposta relativamente à ação de fiscalização que foi feita.

Uma coisa lhe garanto, nós temos tentado combater ao máximo qualquer construção que não cumpra as normas que estão previstas, e, portanto, não, não nenhuma construção que possa ser feita sem o respeito pelas normas vigentes, seja do Plano Diretor Municipal, seja do RUMA, como muito bem disse.

Portanto, eu neste momento não tenho comigo o resultado da ação de fiscalização, quando tivermos poderemos, sempre no respeito obviamente, naquilo que são os dados pessoais, naquilo que puder ser divulgado claro que teremos todo o gosto de lhe fazer chegar, pelo menos dizer quando é que lá foi a fiscalização."

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Ficou consensualizado em reunião da Conferência de Representantes, a apreciação e votação dos pontos 3.7, 3.8 e 3.9, relativos às propostas da Câmara Municipal sobre "Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2024, SMAS de Almada"; "Opções do Plano e Orçamento para 2024 e Mapa de Pessoal do Município 2024"; Plano de Atividades e Orçamento para 2024 da WEMOB, EM., S.A.

6.1.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu penso que a Senhora Vice-Presidente fez ontem uma apresentação do Orçamento dos SMAS juntamente com o Tarifário. Portanto, se me permitir, eu irei fazer a apresentação do Orçamento para 2024, havendo qualquer dúvida estou naturalmente disponível.

Permitam uma saudação a todas e todos nesta Quadra festiva. O tempo em politica é sempre escasso o que implica que todas as nossas energias se concentrem em concretizar os almadenses que nunca se acomodam, exigem-nos que se concretizem os projetos que estão em curso, porque sabem que eles terão um impacto decisivo nas suas vidas.

A Câmara Municipal de Almada, aprovou a 30 de novembro, em reunião extraordinária, a proposta de Orçamento para 2024, que mais uma vez, é mais elevada do que nos anos anteriores, no valor de 185.700.000.00€ (cento e oitenta e cinco milhões e setecentos mil euros) mais 24.700.000.00€ (vinte e quatro milhões e setecentos mil euros) do que em 2023. Em conjunto com os SMAS, o Plano de Atividades e Orçamento para 2024, ronda os 226.500.000.00€ (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil euros).

O Orçamento de 2024 é o maior investimento da Câmara Municipal de Almada e deriva e isso é possível graças naturalmente, à receita dos impostos diretos, o IMI, o IMT, o IUC e a Derrama, que representam 37% da receita total, sendo que o IMI como já se tem vindo a dizer, é relativamente estável, teve um aumento que nos permitiu o ano passado, fazer um gesto relativamente ao IMI, este ano mantem-se estável, não grande alteração, aliás, é uma matéria que nós vamos ter que olhar com mais atenção, sendo que o maior aumento das receitas são de facto, por parte do IMT.

O montante da receita destes impostos estima-se em 31.600.000.00€ (trinta e um milhões e seiscentos mil euros).

Mantendo a mesma taxa da Derrama sobre o lucro tributável, 1,2%, não se perspetiva um aumento significativo em 2024, tendo em conta que a maioria das empresas existentes no Concelho, são classificadas face à sua dimensão, como microempresas. A previsão da receita estima-se em 2.600.000.00€ (dois milhões e seiscentos mil euros).

O IUC foi avaliado em 4.500.000.00€ (quatro milhões e quinhentos mil euros) com um aumento previsto e as provisões como sabem fazem-se com base na média dos dois últimos anos, de 308.000.00€ (trezentos e oito mil euros) face ao período homólogo.

As taxas e serviços prestados representam 12% da receita total, e o valor estimado ascende a 22.500.000.00€ (vinte e dois milhões e quinhentos mil euros).

Relativamente aos rendimentos de propriedades estima-se um valor de 3.700.000.00€ (três milhões e setecentos mil euros), com acréscimo de 11% face ao Orçamento anterior.

Este é também um Orçamento de reforço no investimento.

Relativamente às transferências de competências, para as Autarquias Locais, estas incluem os montantes previstos a distribuir por via do Fundo de Financiamento de Descentralização para as áreas da educação,

19.200.000.00€ (dezanove milhões e duzentos mil euros), para a saúde 2.400.000.00€ (dois milhões e quatrocentos mil euros), da ação social 2.000.000.00€ (dois milhões de euros), num total de 23.700.000.00€ (vinte e três milhões e setecentos mil euros).

O valor total previsto das transferências correntes ascende a 47.400.000.00€ (quarenta e sete milhões e quatrocentos mil euros) que corresponde a 26% do Orçamento da receita, representando um aumento de 11% face à previsão inicial do ano de 2023, e isto decorre naturalmente, o acordo que também foi conseguido no seio da Associação Nacional de Municípios que fez um trabalho muito significativo. Escusado será dizer que a esta receita corresponde uma despesa, naturalmente com as novas transferências, mas foi importante este acerto dos montantes.

O Orçamento apresenta-se naturalmente equilibrado, sendo que todas as dotações da despesa têm cobertura nas receitas previstas, respeitando a regra do equilíbrio orçamental definidas no artigo 40º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Os objetivos do Orçamento para 2024, são cinco.

O apoio às famílias, para fazerem face ao presente contexto socioeconómico, a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, importa lembrar que estes montantes de orçamento, à medida que vamos executando o PRR, provavelmente para o ano o orçamento será mais baixo, porque estamos em plena fase de ascensão não apenas dos investimentos previstos, mas como da receita prevista.

Quero dar nota de um elemento muito importante que foi durante o ano de 2023, que se tomou a decisão no âmbito das transferências de competências da construção de duas novas escolas, a António Gedeão e a Trafaria são praticamente uma construção de escolas novas, aliás, é nesse sentido que estamos a trabalhar, mas também de dois novos Centros de Saúde, o do Feijó e da Costa da Caparica, para o qual aliás, os pré-projectos, o da Costa da Caparica iniciou agora, já está contratado o Gabinete de Arquitetura para o projeto, o do Feijó já tem pré-projecto, já estamos a entrar na fase do projeto de especialidades.

A consolidação do processo de transferência de competências, naturalmente, nas áreas da saúde, intervenção social e educação. A conclusão do Plano Diretor Municipal, que neste momento da nossa parte ainda aguardamos o estudo final da REN que tivemos que fazer com base depois da aprovação condicionada, foi necessário refazer essa avaliação e naturalmente, a grande prioridade é sempre o desenvolvimento do Município, o apoio às famílias com um Município que pretende também ele e que insiste também ele, na necessidade de ter contas certas e equilibradas.

De uma forma sintética para os dez eixos estratégicos da governação e é assim que as Grandes Opções do Plano são apresentadas, temos 29.500.000.00€ (vinte e nove milhões e quinhentos mil euros) para a solidariedade, inclusão e habitação, 13.900.000.00€ (treze milhões e novecentos mil euros) para educação, qualificação e conhecimento, 5.200.000.00€ (cinco milhões e duzentos mil euros) para as artes, cultura e criatividade, 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) para os transportes, mobilidades e acessibilidades, 1.400.000.00€ (um milhão e quatrocentos mil euros) para a economia, inovação e turismo, 19.900.000.00€ (dezanove milhões e novecentos mil euros) para o ambiente, espaços públicos, espaços verdes, energia, clima e sustentabilidade, assim como 9.900.000.00€ (nove milhões e novecentos mil euros) para o planeamento estratégico, gestão e ordenamento do território, 3.200.000.00€ (três milhões e duzentos mil euros) para o desporto e juventude, 91.300.000.00€ (noventa e um milhões e trezentos mil euros) para a governança e aqui falamos dos serviços centrais da Câmara Municipal e sobre isso já falarei um pouco, serviços públicos e cidadania. Assim como, 4.900.000.00€ (quatro milhões e novecentos mil euros) para a descentralização para as Freguesias, caso as negociações com as Freguesias incluam também os trabalhadores, este montante sobe para além dos 8.000.000.00€ (oito milhões de euros).

Relativamente aos encargos com as despesas correntes, há que referir de forma muito clara, o aumento muito significativo que temos ao nível dos Recursos Humanos, por várias razões, uma naturalmente, é a atualização e bem, da Lei, do aumento do salário mínimo mas também do descongelamento de carreiras e tudo isso tem um

impacto positivo, o aumento também para os técnicos superiores e para as carreiras intermédias e isso é muito importante. Outro dos fatores importantes que nós não quisemos voltar atrás, tem a ver com o esforço que o Município está a fazer na requalificação dos seus serviços, Almada tinha cerca de 11% de técnicos superiores, o que era claramente insuficiente nos seus quadros, passará agora a ter e já tem neste momento, 25% de técnicos superiores.

É muito importante que os Senhores/as Deputados/as entendam que, quando falamos por exemplo, de serviços externos, o outsourcing, Almada por falta de técnicos qualificados nos seus serviços fazia muito outsourcing do pensamento estratégico do Município. Ora, há serviços que têm que ter no seio nas suas equipas a capacidade de criar estratégia e de pensar estratégia.

Depois, continuamos naturalmente, uma coisa é contratar projetos de arquitetura ou estudos específicos para determinadas áreas, mas é importante, que uma instituição, uma casa como a Câmara Municipal de Almada, possa ter no seu seio técnicos qualificados para estabelecer e até operacionalizar aquilo que está pensado e idealizado de forma estratégica.

Aquele que é um dos grandes desafios de Almada, habitação e a habitação digna, tem estado no âmago das políticas deste executivo e reflete-se neste orçamento.

No início do primeiro semestre de 2024, está previsto o arranque da empreitada da construção também de 414 habitações do Plano Integrado de Almada. Nós sabemos que o Plano Integrado de Almada, resulta de um protocolo entre a Câmara Municipal de Almada e o IHRU, e que, alguns dos fogos já estão em construção e prevê-se no início de 2024 o início da construção de mais 414 e para o segundo semestre sabemos que o IHRU também já lançou ou já estão a decorre, os projetos para mais 528 fogos nesse sentido. Mas, da nossa parte os 95 fogos há um lote que teve dificuldades, mas também já estão em fase de conclusão, já vamos poder lançar as primeiras empreitadas. O projeto das Terras da Costa também já está a ser lançado. Tivemos algumas dificuldades e neste momento o mercado está muito saturado e por isso é que também optamos por não deixar cair as outras áreas da política de habitação, seja o apoio à renda, que temos um apoio excecional e estamos a finalizar aquele que é o regulamento e será um regulamento que se quer pereno de apoio às rendas em Almada, algo que não seja só tão circunstancial, algo que passa a fazer parte daquilo que são também as obrigações sociais de Almada e até para desenvolvimento de proteção dos mais jovens mas não apenas do jovens, permitir que os almadenses continuem a viver em Almada face a este mercado da habitação que agora até a Europa já reconhece que está um pouco louco e muito acima do que deveria estar e quase sem realismo. Naturalmente também, penso que todos sabem, que recorremos agora, aos direitos de preferência, algo que também já está a decorrer. Portanto, para além das reabilitações dos fogos municipais, a regularização, e isto é algo muito importante, quando falamos da atualização de rendas, falamos de regularização de situações que têm que ser regularizadas, de modo a que os bens públicos possam servir de facto, aqueles que mais precisam.

No que concerne à educação, o Orçamento contempla 28.000.000.00€ (vinte e oito milhões de euros), num investimento plurianual para construir e reabilitar escolas do Concelho, destacando o executivo os projetos de arquitetura da empreitada da Escola Básica Nº 1 da Trafaria, que está também incluída numa candidatura do PRR, conhecida como a centenária e que também já está lançada a obra. A Escola Básica 2,3 da Trafaria e a Escola Secundária António Gedeão, como eu disse faz parte do pacote das transferências de competências e também aqui será o PRR, e a empreitada da Escola Básica Presidente Maria Emília, para começarmos a cumprir de facto, aquilo que também já está previsto na Carta Educativa.

Sublinha-se a procura de resposta no âmbito da saúde neste orçamento, as obras dos novos Centros de Saúde da Caparica e do Feijó, que contam com 8.000.000.00€ (oito milhões de euros).

Destaca-se ainda os três centros de respostas integradas, este novo modelo que criamos para Almada, juntando as competências na área da ação social e da saúde, optamos por criar um modelo que é os Centros de Resposta Integrada de Almada, que muitos deles têm uma área especifica e particular como é o caso aqui no Laranjeiro, foi onde instalamos por exemplo, Fast-Track Cities, a Estratégia do Município sem Sida, mas estes centros

permitem ter serviços de proximidade, seja a nível das necessidades de saúde, seja a nível da ação social. Estamos a prever outro em Almada , junto do Pombal, e outro na Trafaria onde também já vai abrir a primeira resposta de saúde oral, naquele que era o antigo Centro de Saúde da Trafaria, que neste momento passou para nós. Rivalizando não é um novo Cento de Saúde, porque não compete à Câmara Municipal criar Centros de Saúde, mas criar respostas mais individualizadas e de maior proximidade nos espaços que são municipais, tal como tínhamos previsto. Já para não falar na necessidade de criar uma resposta para alojamento urgente e temporário, temos dois protocolos com Associações de Bombeiros que são muito importantes aqui em Almada e na Costa da Caparica, queremos também encontrar uma solução que seja perene e estável para esses casos que não faz sentido o Município como o de Almada, não ter uma resposta a esse nível.

Relativamente à cultura, eu não vou fazer aqui a lista dos grandes eventos, os Senhores/as Deputados/as conhecem-nos bem, para o ano temos o grande evento, é sem dúvida nenhuma, a comemoração dos 50 Anos do 25 de Abril, para o qual vamos lançar rapidamente a nossa programação e acho que todos nos iremos reconhecer na variedade e na riqueza desta programação. Uma programação que conta por exemplo, e isso para nós é uma grande honra, poder contar com duas posições grandes do Alfredo Cunha para celebrarmos de facto, o 25 de Abril, não apenas no seu dia, o Alfredo Cunha, o grande fotografo do 25 de Abril, mas também numa perspetiva diferente, o antes e o depois, mas não é só de certeza isso, temos uma programação muito variada de debates, de reflexão, de exposições, de concertos, de filmes, quero agradecer aliás, a todas as instituições nossas parceiras, instituições do nosso Concelho, nossas parceiras. Mas iremos também celebrar e isso eu acho que é muito importante não esquecer, que para o ano também são os quinhentos anos de um Senhor que é o Luís de Camões e, portanto, haverá também uma celebração a esse nível.

Já para não falar de todo o esforço de reabilitação, estamos a falar do Almaraz, e a esperança que por fim, tem sido um processo muito difícil e atribulado e aqui quase a questão da reabilitação na Costa da Caparica os alvéolos dos pescadores, nós falamos do Museu Vivo, mas não esquecemos que é sobretudo um espaço de trabalho para aqueles pescadores, e portanto, espero que por fim, para o ano possamos avançar com aquela reabilitação.

Já para não falar no esforço de reabilitação, como na Casa da Cerca também vão arrancar as obras, o arquivo histórico da Casa Pargana e algo também muito importante para a Trafaria, temos estado a Docapesca já tem o projeto para o novo abrigo e a relocalização da lota na Trafaria, ai é uma obra que é feita em colaboração com a Docapesca, o Porto de Lisboa e a Câmara Municipal, e, portanto, assim como na Trafaria a criação de um Hub do setor audiovisual num dos nossos edifícios que está reabilitado, espero que possa avançar agora também rapidamente.

Ao nível do turismo, deixem-me só destacar os novos postos de turismo virtual pelo Concelho, que vão também marcar percursos turísticos para além dos estudos que estão a ser feitos seja para os mercados, seja em termos de procura turística.

Na área do ambiente e sustentabilidade, o grande projeto que eu quero destacar aqui é sem duvida nenhuma o Call Life, que vai permitir a reabilitação do eixo central, neste momento felizmente, surgiu esta candidatura, que permite começarmos a trabalhar naquelas que são as praças mais emblemáticas de Almada, em todo o caso são o ponto de encontro por excelência dos grandes eventos, estamos a falar da Praça São João Batista, a Praça da Liberdade e também a Praça Gabriel Pedro, porque são também os pontos mais quentes em termos climáticos e estão também já a ser desenhados projetos de reabilitação que permitam também baixar a temperatura daqueles espaços e requalificar para serem cada vez mais espaços de vida, de uma vida cada vez mais amena ecologicamente sustentável, e combatendo naturalmente, as alterações climáticas.

Continuando também, a nossa prioridade, a criação dos corredores verdes que estão previstos no Plano Diretor Municipal, e que já queremos avançar com eles e o grande projeto de facto, do Agro-Parque nas Terras da Costa, cuja obra vai começar, espero eu, em 2024. Têm estado a ser feitos estudos para isso e a articulação com aqueles que lá moram e muito também com aqueles que lá trabalham

Já para não falar do Núcleo de Energia dos Três Vales que é fundamental.

Fundamental também, é a transformação digital que estamos a fazer nos nossos serviços, nomeadamente ao nível dos serviços do urbanismo e do licenciamento, eu devo dizer que muitas das queixas que as pessoas fazem e têm razão relativamente aos prazos, nós só vamos conseguir ultrapassar de facto essa dificuldade quando tivermos um circuito todo ele digitalizado na gestão dos processos urbanísticos e isso é fundamental.

Continuam as grandes obras de requalificação do nosso espaço público, da rede viária, grandes e menos grandes, é um esforço permanente e que tem que se manter.

Permitam só que faça aqui uma pequena referência a um programa que é muito mais pequeno que nós chamamos "O Meu Bairro", onde estamos a falar de pequenas requalificações de bairro, só que num processo diferente, num processo participativo como os moradores e com aqueles que lá trabalham. Esse processo já foi lançado, já estamos em articulação com as Juntas de Freguesia que têm sido uma ajuda muito importante e esperamos poder lançar as 5 primeiras obras ainda em 2024. Aqui os almadenses onde quer que morem, vão ser chamados não apenas a escolher o projeto que preferem, mas também a poderem acompanhar a obra e inclusivamente, depois, quase a fiscalizar, no bom sentido, o resultado final.

Temos também naturalmente, o reforço das intervenções nas vias clicáveis, dar nota que aqui o trajeto Cacilhas Cova da Piedade, penso que já arrancou e que já estará, assim como a requalificação da rede polidesportivos onde pretendemos, seja a Câmara Municipal sozinha, seja também em articulação com as Juntas de Freguesia, dar aqui um avanço muito significativo.

Está também a decorrer o projeto de arquitetura para a requalificação da Bateria da Raposa para a instalação dos serviços da Proteção Civil, a Central Municipal de Operações de Socorro e um núcleo museológico.

Outro dos projetos que também teve aqui alguns sobressaltos e que já estamos a chegar à parte final, penso que até vou poder ver o desenho final amanhã, é o Centro de Recolha Animal de Almada, naquele que queremos que seja também um novo parque urbano no qual está um centro de recolha animal. Assim, como o novo Parque Urbano na Charneca de Caparica, também penso que já está a arrancar. Mas aqui o CRO de facto, a nossa aposta não é apenas fazer um CRO, é fazer um Centro de Recolha Animal que é uma necessidade, mas fazê-lo também num parque todo ele requalificado onde seja bom não apenas trabalhar, mas também ir passear e ir visitar e quem sabe, até adotar um cãozinho ou um gatinho, dado que também está previsto um espaço seja para um canil, seja para um gatil.

Só por fim, relativamente às Agências, a AGENEAL, a NOVALMADAVELHA e a ARRIBATEJO. A AGENEAL, estamos em fase agora na reta final, para a possibilidade de criar aqui uma sinergia com essa energia outra Agência Municipal e o projeto que está em cima da mesa, é criarmos uma grande agência de energias para o Arco Ribeirinho Sul. Neste momento apenas o Seixal porque a Agência do Seixal tem uma condição diferente porque gere aquele seu campo de painéis solares, não está envolvida, mas estamos em crer que poderá depois juntar-se a nós, mas estamos a falar de Almada, Barreiro, Moita, Alcochete e Montijo. Isto porquê? É fundamental prepararmos as nossas Agências de Energia para aqueles que são os novos desafios, os novos fundos comunitários para grandes projetos na área da energia, e ganharmos dimensão. Já estamos em franca colaboração com essa energia, é algo fundamental.

Relativamente às outras duas Agências, também já está em curso a possibilidade de se fundirem, também é uma maneira de nos adequarmos aquilo que é a nova legislação e garantir também toda a atividade da NOVALMADAVELHA, mais até do que a ARRIBATEJO, portanto, esse projeto também já está em curso e que eu espero que esteja finalizado em 2024."

6.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Maria Rita Magalhães (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), João Eduardo Geraldes (CDU), Henrique Alexandre Margarido (PS), Daniel Alexandre Silva (PS), António Pedro Maco (CDS-PP),

António Francisco Salgueiro (PSD), Ana Margarida Lourenço (PS), a Senhora Presidente da Câmara Municipal, e o Senhor Vereador Filipe Pacheco (PS).

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, eu ouvia com muita atenção, o maior Orçamento de sempre, grandes obras, grandes projetos, tantos anúncios, tantas promessas, e tão pouco tem sido feito para o desenvolvimento do nosso concelho e para a melhoria das condições de vida das e dos Almadenses.

E é aos Almadenses que me dirijo em nome da bancada do Bloco de Esquerda no primeiro ponto desta minha intervenção.

Quero dizer-lhes que lamentamos. Lamentamos o estado em que está o município de Almada, lamentamos o sufoco das rendas e do preço das casas em Almada, lamentamos que pouco ou nada tenha sido feito para solucionar a degradação do parque habitacional autárquico, lamentamos as colunas de lixo nas ruas da nossa cidade, lamentamos o Metro que não expande, os autocarros que não passam.

Lamentamos que Almada seja o 2º município mais poluído de Portugal, com 14 microgramas por metro cúbico de ar das partículas finas inaláveis (PM2,5), as mais prejudiciais para a saúde pública, segundo dados lançados este ano pela Organização Mundial de Saúde, bem acima dos limites recomendados.

Lamentamos os espaços comuns da nossa vivência coletiva que se vão fechando, para serem substituídos por mais um brunch, mais um alojamento turístico ou mais um buraco vazio, à espera do próximo projeto megalómano de especulação.

Lamentamos o abandono por parte do executivo PS/PSD das organizações do nosso fértil movimento associativo, recreativo, desportivo e artístico.

Lamentamos a falta de criatividade, de comunicação e de ambição para este setor que desde sempre foi o coração do nosso Concelho, Nos últimos tempos, tem sido encadeado por um certo desdém de provincianismo e pelo desinteresse em manter viva, viva com qualidade, essa história de pluralidade e proximidade em Almada.

E agora dirijo-me a si Senhora Presidente.

Lamentamos que as oito propostas que o Bloco de Esquerda apresentou no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, com medidas concretas para a melhoria das condições de vida das populações do Concelho de Almada, nem tão pouco umas acusações de receção mereceram.

Referir que essas nossas propostas foram enviadas no dia imediatamente a seguir à reunião ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição com a Senhora Presidente e o Sr. Vereador Filipe Pacheco, enviadas por e-mail para a Senhora Presidente e para o Gabinete da Presidência, conforme foi instruído que o fizéssemos. Não recebemos nenhuma resposta.

Infelizmente algo a que nos vão habituando, que acontece com muita frequência relativamente aos nossos requerimentos, às solicitações de esclarecimentos e afins. Ou seja, não é só aos munícipes que o Executivo Municipal tem dificuldade em responder, também às forças políticas, a Câmara Municipal de Almada revela essa incapacidade de prestar os esclarecimentos solicitados.

Uma das propostas do Bloco foi a redução da taxa do IMI para os 0,34% para prédios urbanos, e claro, tal como as outras foi simplesmente ignorada.

E lamentamos, que perante o cenário do aumento brutal das taxas de juro, que tantas dificuldades têm criado às famílias, o executivo se recuse a aceitar a nossa proposta de redução do IMI, e prefira manter a derrama com o valor mais baixo da Área Metropolitana de Lisboa.

E eis outras propostas que delineamos como prioritárias, mas que o Executivo PS/PSD deve ter perdido pelo caminho:

Impor como condição para aprovação do licenciamento de projetos imobiliários e/ou turísticos a reserva de 25% dos fogos para arrendamento a custos controlados e a devida inscrição desta condição na próxima revisão do Plano Diretor Municipal Almada.

Concretizar as deliberações já aprovadas em reunião de Câmara, para a realização de um Estudo Urbanístico e Turístico no Concelho com vista à elaboração de um Regulamento Municipal de Alojamento Local, assim como a criação e implementação de um instrumento municipal de fiscalização de Alojamentos Locais, que estejam a funcionar em frações licenciadas para fins habitacionais, aliás cumprindo assim o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça.

Este mecanismo também deverá atuar em relação aos Alojamentos Locais em situação de clandestinidade ou que tenham sido alvo de decisão de cancelamento do registo por parte da respetiva assembleia de condomínio e temos recebido diversas queixas neste sentido nos últimos meses, e encaminhamos para a Divisão de Turismo e para o próprio vereador Nuno Matias.

Aumentar o orçamento do Apoio à Criação Teatral 2024 para 120.000€, assim como distinguir o orçamento do Apoio à Criação Teatral do orçamento para a Mostra de Teatro de Almada, garantindo que os artistas e grupos participantes da Mostra, são devidamente pagos mesmo quando não tenham concorrido/sido admitidos no Apoio à Criação Teatral.

Iniciar os procedimentos para a criação de um centro de interpretação da Batalha de 23 de julho de 1833, introduzindo uma rubrica no orçamento para os mesmos. Propostas nossas, todas recusadas. Da mobilidade, à habitação, à justiça fiscal, à cultura.

E todas as propostas que apresentámos são perfeitamente exequíveis.

Aliás, são propostas históricas do Bloco em Almada. São propostas que os e as almadenses reconhecem e defendem.

Só isto seria suficiente para explicar a nossa oposição ao projeto apresentado. Mas não termina aqui.

A Câmara fica muito tímida debaixo do chapéu do PRR e, francamente, estamos seriamente preocupados com a sua execução pelo que temos observado ao longo destes últimos anos.

A Câmara fica tímida perante as promessas que se arrastam ano após ano, sempre com todos os argumentos possíveis e imaginárias para justificar inexistência de avanços na Educação, na requalificação urbana, nos serviços públicos de proximidade, na mobilidade sustentável, na acessibilidade, na vigoração do movimento associativo e da Cultura local, na defesa do ambiente, e na valorização dos trabalhadores da autarquia.

A Câmara fica tímida perante os tentáculos da especulação e da gentrificação, vendendo o Concelho aos interesses privados e ao projeto que esvazia Almada, física, emocional e socialmente.

A Câmara fica tímida perante a incapacidade de promover um debate público e político dignificante da democracia. E se há uma coisa que podemos sublinhar hoje, é o desafio do Executivo Municipal olhar para si e questionar se é assim que quer caminhar para o final do mandato.

Haja coragem e vontade política. Para defender os interesses da população Almadense.

Senhora Presidente, pode redizer repisar, voltar a repetir, pelo enésimo ano consecutivo, que este é o maior orçamento municipal de Almada de sempre. Mas lamento informa-la que a repetição exaustiva não converte em verdade aquilo que é mera propaganda.

E os Almadenses não querem saber dessa retórica propagandista, o que querem é que os anúncios, as promessas e os projetos orçamentados sejam cumpridos. Pode ser o maior orçamento de sempre nas tabelas de Excel da Câmara, mas com uma execução muito pequena no sexto município com as rendas mais caras do país; com uma execução muito pequena na luta contra as alterações climáticas e a mudança do paradigma de mobilidade.

Uma execução muito pequena que não serve para a nossa cidade nem para defender os interesse de que aqui vive, estuda e trabalha."

Em relação aos SMAS, tendo em conta o aumento significativo em 2023 (falamos de aumentos entre os 50 e os 60 por cento) nos vários escalões, que impactam diretamente na prestação média suportada por dezenas de milhares de famílias em Almada, e que o executivo PS/PSD teima em manter, contribuindo para a degradação continuada da capacidade de poder de compra das famílias almadenses. A questão que se coloca é:

Porque motivo se assume para 2024 uma estrutura de receitas em tudo semelhante a 2023, ano em que tal como referi as famílias foram confrontadas, na sua maioria, por aumentos significativos da sua fatura da água? E já agora perante a já anunciada desaceleração económica que afetará Portugal em 2024 e o previsível aumento do desemprego que afetará também inevitavelmente o município de Almada, a questão que colocamos é porque é que a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda para redução dos tarifários a prestação de serviços no domínio do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, ter sido rejeitada? Acho que é uma questão pertinente.

Mantém-se as elevadas taxas de recolha de resíduos urbanos, face ao aumento das taxas pela Amarsul.

De forma simples dizer-lhe Senhora Presidente, as famílias não deviam pagar as consequências da privatização da Amarsul, sobretudo no contexto atual de agravamento das condições de vida.

Este é um bem básico e essencial que está a ser vedado com o encarecimento brutal, num período de dificuldade económica e social. E quando os Almadenses mais precisam de apoio, o Executivo PS/PSD o que faz? É aumentar a fatura da água.

Existe outro caminho para a gestão política e económica dos SMAS, com a execução de investimentos estruturais e na capacitação de sustentabilidade da rede de água e saneamento, sem implicar o sufoco dos almadenses. Infelizmente isto é algo a que os gestores desta autarquia nos vêm habituando nos últimos anos optando pelo caminho mais fácil e penalizando os almadenses, e isto é claramente revelador de uma enorme falta de sensibilidade.

Expliquem-nos qual a justificação para um aumento de 0% em termos de receitas correntes entre 2023 e 2024? Não há novas edificações a serem construídas? Não há novas edificações a serem concluídas? Não há mudanças na matriz de clientes do SMAS?

A verdade é que este orçamento em tudo nos parece artificial, pouco credível e uma clara tentativa de esconder os aumentos significativos que este executivo se prepara aparentemente para implementar nos próximos 4 anos. Senão vejamos:

Até 2028 assume-se que o valor recebido em sede da Taxa de Recursos Hídricos irá aumentar cerca de 11%.

Até 2028 assume-se que o valor recebido em Publicações e Impressos irá crescer 69% (mais € 14.300 euros que o valor estimado para 2024).

Até 2028 assume-se que o valor recebido em sede de Taxa Fixa de Água irá crescer 15,7%.

Até 2028 assume-se que o valor arrecadado em sede da tarifa variável de água irá crescer 6,6%.

Até 2028 assume-se que o valor arrecadado em sede da Tarifa fixa de saneamento irá crescer 12,5%.

Até 2028 assume-se que o valor arrecadado em sede de tarifa variável de saneamento irá crescer 15,4%.

Digam-nos já agora, qual a justificação para o aumento de cerca um milhão e quinhentos mil euros de receitas provenientes dos consumidores, entre 2023 e 2024, quando as receitas correntes orçamentadas são tendencialmente as mesmas? Gostaríamos de perceber isto.

Sobre os SMAS termino pedindo que nos esclareçam sobre a expectativa de redução de cerca de oito milhões de euros em fornecedores em termos de fluxos de caixa a 31 de Dezembro de 2024, comparativamente ao que se espera atingir no fim de 2023?

E para terminar, sobre a WEMOB, para o Bloco de Esquerda deveria constar deste Plano de Atividades, seria uma maior capacitação e alargamento dos serviços da Flexibus, valorização das carreiras dos trabalhadores, que fosse uma verdadeira entidade promotora da mobilidade sustentável em vez de uma mera empresa gestora da ordenação do estacionamento, a criação de verdadeiras interfaces de transportes coletivos. Acrescentar que continuamos a não perceber a racionalidade de se manter pago o estacionamento do parque da Paz, quando rende apenas mil e duzentos euros por ano. E uma vez mais a proposta do Bloco de Esquerda mantem-se, é que este parque seja totalmente gratuito aos dias de semana e eventualmente pago ao fim de semana, e esta seria sem dúvida uma forma de incentivar a utilização dos transportes públicos, e que permitiria a realocação de trabalhadores a outros parques e zonas de estacionamento, onde podem ser efetivamente mais úteis.

-Desenvolvimento de mais e melhores infraestruturas para a mobilidade suave.

Defender uma entidade pública intermunicipal de transportes públicos, não só na sua conceção e gestão, mas também ao nível da operacionalização.

Continuamos a concessionar os autocarros às mesmas empresas privadas de sempre não só não resulta, como mantém o lucro acima do interesse e da necessidade pública. Alteraram-se os estatutos, os objetivos, o capital, o nome, e perdeu-se a aquilo que deveria ser a principal preocupação desta empresa municipal que é o acesso mobilidade."

6.1.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este Orçamento aprovado a semana passada conta com os votos do PS e do PSD. Ao longo dos últimos seis anos, a constante prática do executivo PS/PSD, permanece evidente. As propostas destinadas aos cidadãos de Almada, estão consideravelmente distantes do propósito de atender às aspirações legitimas e às necessidades fundamentais da população do Município. Este deveria ser o principal objetivo de todas as ações municipais.

No que diz respeito às propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2024, o CHEGA não teve a oportunidade de ser recebido conforme acordado. Embora uma reunião tenha sido agendada para as 16H00, e de acordo com a nossa prática chegamos dez minutos antes, às 16H45 não havíamos sido recebidos. O executivo faltou à reunião proposta pelo próprio executivo. O CHEGA repudia tais manifestações de desrespeito institucional.

Esta Câmara Municipal, não foi sequer capaz de cumprir a hora de marcação de uma reunião de Direito da Oposição, quanto mais ouvir a Oposição, como já aqui foi ouvido, ou elaborar um Orçamento capaz. É este o Estado da Democracia em Almada. Arranjar subterfúgios para não cumprir as obrigações legais, e de receber os Partidos Políticos. Mas nós é que somos os antidemocráticos.

Segundo a nossa perspetiva, as propostas do CHEGA, desempenham um papel crucial para apoiar um Concelho marcado por baixos salários e um aumento generalizado d custo de vida, abrangendo habitação, combustíveis, alimentos e uma taxa fiscal record.

Neste contexto, o CHEGA advoga um aumento da devolução do IRS em 0,1% o IMI em 0,1%, juntamento com uma bonificação após o primeiro filho. Além disso, propõe a revisão em baixa das taxas, tarifas e preços prestados pela Câmara Municipal e pelos serviços Municipalizados de Água e Saneamento. Tais medidas proporcionariam um alívio significativo à classe trabalhadora.

Mas a opção não foi essa. A carga fiscal mantem-se elevada, num ano em que atinge um record de 37,2% do PIB, contrariando as promessas do Governo, de redução de impostos, assim como as tarifas e taxas que são aumentadas a nível da inflação.

Vemos em algumas promessas das Opções do Plano de facto, de estarmos perante um novo período eleitoral. A caça ao voto claramente já começou. Algumas propostas estão no Plano há anos sem nunca de lá saírem, sem nunca serem realizadas. Aqui continuam e pelo histórico deste executivo PS/PSD, cá continuarão para sempre. Sempre prometidas, nunca cumpridas.

É salutar e bastante prático, que as Opções do Plano sejam apresentadas em dezembro, assim temos todos um documento que mais se assemelha a uma carta ao Pai Natal.

Ora vejamos: Relativamente ao Centro do Bem-Estar Animal, já estava nas Opções do Plano em 2018, continuamos com a desculpa, "Para o ano é que é". Também é candidato à medalha de "Para o ano é que é", a revisão do PDM, a decorrer desde 2009, 14 anos, sem fim à vista.

Nem nos vamos alongar relativamente à expansão do Metro até à Costa da Caparica, o mítico Transpraia, a Cidade da Água, O Innovation District, o Cais do Ginjal, tudo pedidos que o Pai Natal não deixa no sapatinho do PS/PSD. É necessário trabalhar para os produzir.

Entre tantos outros assuntos por cumprir claramente esgotaria o meu tempo, mas na realidade no Concelho percebe-se uma carência de obras significativas e estruturants, assim como a ausência de projetos capazes de gerar valor e especialmente criar riqueza.

Embora a Avenida do Mar e a Estrada Florestal tenham sido concretizadas efetivamente, todas as demais iniciativas parecem ter-se dissipado como grandes promessas eleitorais. Especialmente após a demissão do Governo.

Localmente testemunhamos o substancial aumento das tarifas da água o que contribui para uma perda da competitividade em relação aos Concelhos vizinhos. Além disso, continuamos a suportar um dos maiores impostos do país. A Ponte sobre o Tejo, que representa um obstáculo ao desenvolvimento, à eficiência e à saúde dos cidadãos. Um elevado número de horas perdidas na travessia de milhares de cidadãos, deveria suscitar vergonha em todos nós. Todos os anos promete maior investimento público para depois, se teve baixas taxas de execução.

Assim como a nível nacional, no Concelho não se observa implementação de novas obras estruturais, sendo mais comum a realização de festas e inaugurações.

Algumas destas celebrações, são associadas a eventos culturais relevantes. Enquanto outras são dedicadas a iniciativas efémeras, apesar das festividades, não se verifica um aumento significativo do número de empresas criadoras de riqueza no Concelho. E a introdução de novos equipamentos para serviços públicos ainda não se materializou.

Assim como no restante país, a situação da saúde é caótica, com um número crescente de cidadãos sem médico de família, e o Serviço Nacional de Saúde a apresentar condições inferiores a 2015. Apesar de os portugueses terem contribuído com o aumento de seis mil milhões de euros, passou ao financiamento nos últimos oito anos.

A Carris Metropolitana teve um arranque atribulado, e ainda revela problemas e insuficiências. Os abrigos das paragens são quase inexistentes, os barcos não têm baterias, as carreiras fluviais são canceladas com frequência e o Hospital Garcia de Orta, rebenta pelas costuras com serviços encerrados, e chefes da urgência demissionários. Mas nem tudo é culpa do PS, não podemos deixar de questionar o que está o PSD a fazer neste executivo? Se nas últimas políticas praticadas não se vislumbra a existência do mesmo. A importância do PSD neste executivo passa por se limitar a apresentar propostas na Assembleia Municipal, se assim é, para que server um Vereador no executivo? Para que serve um voto favorável no Orçamento? O PSD revê-se neste orçamento?

Todos gostamos muito de espaços verdes e mercados, mas continuamos nós e a população em geral, sem perceber o porquê do PSD abdicar dos seus princípios e políticas, de uma forma tão banal. Perante tanta incongruência, o CHEGA vai votar contra este Orçamento do PS/PSD."

6.1.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, queria colocar que as Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2024, não foram apresentados a esta Assembleia Municipal.

Estamos a analisar um documento que reproduz quase factualmente, as Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2023. Como em 2023 revela a mais absoluta ausência de uma visão estratégica e fundamentada de gestão, intervenção e planificação destes serviços.

A esmagadora maioria das intenções expressas nas Opções do Plano dos SMAS para 2024, são obrigações e trabalhos que qualquer serviço desta natureza é obrigado a executar, sob pena do sistema colapsar.

Desde o atendimento ao público, passando pela informação aos utentes, pela informação interna aos trabalhadores, pela reparação de ruturas ou melhoria de processo de aviso, das intervenções não programadas, que originam interrupções de fornecimento de água.

Destacamos algumas questões de entre muitas outras que justificam a nossa atenção. Pela negativa infelizmente.

A primeira, logo no ponto um do documento: "Promover a ligação dos sistemas prediais de água e de drenagem de águas residuais domésticas à rede pública". A ambiguidade desta intenção tem de ser clarificada. Numa leitura imediata, a ideia que fica é a de que os sistemas prediais de água e de drenagem de águas residuais domésticas NÃO ESTÃO ligados à rede pública em Almada! Um verdadeiro absurdo a menos que sejam identificadas onde tal ocorre.

Compromissos ou intervenções em concreto são escassos. Quem usufrui dos serviços insubstituíveis dos SMAS, tem o direito de saber quais são as intervenções de fundo que os SMAS se propõem concretizar. Exemplificando e cito: No capítulo 2 diz-se, ponto 13, que os SMAS irão "promover a reabilitação da rede de distribuição de água nas zonas mais críticas do concelho, de acordo com a avaliação do risco". ou manutenção preventiva de órgãos críticos da rede de distribuição de água ou ainda a rentabilização da rede de saneamento de águas residuais em diversas zonas do Concelho, nomeadamente nas zonas mais críticas de acordo com a avaliação de risco. Supomos que os SMAS conhecem as zonas críticas, se assim é, porque não são identificadas neste documento?

Relativamente a lançar o procedimento concursal para a criação da comunidade da energia na Costa da Caparica, para produção de energia elétrica com origem fotovoltaica, de modo a reduzir o custo com energia elétrica nas instalações integradas nesta comunidade, questionamos, os SMAS de Almada vão executar esta obra?

Quanto ao estudo a realizar que permita diagnosticar pontos de melhoria na gestão do parque de contadores e leituras na tecnologia de medição avançada, da Herdade da Aroeira, Estrelinha, porquê nesta herdade e não em outros pontos do Concelho?

Sobre a dimensão orçamental, o que os SMAS propõem para 2024, não se distancia do que está em vigor em 2023. Esta realidade leva-nos a uma conclusão: os brutais aumentos dos custos da água e de saneamento impostos em 2023, que a CDU denunciou na discussão do Orçamento do ano anterior, eram totalmente desnecessários do ponto de vista da gestão dos serviços, aliás, em nossa opinião, há espaço para que a proposta da CDU para 2024 baixar todas as taxas e preços, tivessem sido acolhidas pela maioria PS/PSD que governa o Concelho.

Nesta proposta também verificamos o aumento em 4,09% da despesa prevista com o pessoal sabendo que, ainda que insuficiente, os salários serão atualizados em cerca de 5% já em janeiro próximo.

Ainda no que respeita aos trabalhadores, diz-se e cito: "a utilização de modalidades de organização do trabalho que facilitem a gestão e rentabilização dos recursos, e contribuam para a motivação e o compromisso dos trabalhadores e que ainda vai ser garantida a plataforma de gestão de tempos e assegurar a sistematização e simplificação dos processos relativos à assiduidade, promovendo otimização dos serviços.

Estas duas intenções suscitam-nos profundas reservas e preocupações. Sabemos muito bem, o que na lógica liberal significam expressões como "modalidades de organização do trabalho que facilitem a gestão e a rentabilização dos recursos ou a sistematização e simplificação dos procedimentos de verificação da assiduidade dos trabalhadores", a introdução de medidas de controlo e repressão dos trabalhadores.

Infelizmente não vemos nenhuma proposta que aponte para melhorar as condições de trabalho, a melhoria dos benefícios sociais ou a aplicação da opção gestionária que permite agilizar a progressão nas carreiras no quadro do malfadado SIADAP. Estas e outras medidas levariam seguramente a que os trabalhadores se sentissem valorizados e consequentemente mais motivados.

As receitas previstas mantêm-se inalteradas as despesas de capital também.

Lendo os números da previsão de despesa, confirma-se a ideia de que iremos assistir em 2024, à repetição do baixíssimo investimento nas redes de água e saneamento do Concelho.

A previsão de um investimento no sistema de drenagem de águas residuais, nas estações de tratamento de águas residuais de 2.900.000.00€ (dois milhões e novecentos mil euros), para gastar em todo o sistema de drenagem dos 74 quilómetros m2 da área do Concelho, somados aos 2.600.000.00€ (dois milhões e seiscentos mil euros) previstos para captação e distribuição da água, não permitem augurar nada de positivo em matéria de requalificação e manutenção das redes municipais em ambos os casos. E não referimos sequer, os baixíssimos níveis de execução a que os SMAS nos têm infelizmente, habituado ao longo dos últimos 5 anos.

Daqui, provavelmente, a inexistência de um compromisso claro com objetivos concretos (vêm ao cimo as "áreas críticas"), e o recurso ao eufemismo "de acordo com a avaliação do risco.

Por estas razões, a CDU irá votar contra o documento em apreciação."

6.1.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos ((PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como disse ontem e volto a repetir, 2023 é o ano mais quente alguma vez registado na história. Não devem restar dúvidas de que vivemos uma crise sem precedentes, que ameaça a vida na terra tal como a conhecemos e que o combate às alterações climáticas deve ser primordial no desenho das políticas públicas.

Sem ambiente nenhuma das outras áreas sobrevive, habitação, economia, saúde, todas são ameaçadas perante a crise climática e é por isso que não nos cansamos de repetir que o Município não está a fazer o suficiente perante tão sério problema.

Como podemos saber se estamos a reduzir o nosso impacto ambiental se não conhecemos as emissões que são produzidas? Nos setores que mais contribuem para estas emissões e se não temos um plano em curso para as reduzir.

Medidas avulso com a plantação de microflorestas e a colocação de painéis solares em edifícios, não obstante o mérito das mesmas, não resolvem o problema, pois não resolvemos uma hemorragia com um penso rápido. São necessárias medidas estruturais, mediadas que reduzam e retirem os automóveis do Centro da Cidade, medidas que incentivem alimentação de base vegetal que tem um impacto ambiental muito mais reduzido já para não falar dos biliões de animais que são salvos, medidas que reduzam o consumo energético e de água, mediadas que promovam uma educação ambiental prática e com consequências, medidas que tenham um verdadeiro impacto na redução dos gazes com efeito estufa produzidos pelo Município.

Soma à crise climática outas crises que não podemos ignorar, a da habitação, da saúde, e o empobrecimento de muitas famílias que apesar e terem um emprego não conseguem pagar as constas no final do mês.

Cresce em dia para dia, os munícipes que não conseguem pagar a renda da casa ou o empréstimo ao banco e se veem numa situação de grande vulnerabilidade. São muitas as pessoas que estão em lista de espera para uma habitação municipal e são muitas as que vivem em casas que precisam de obras em quartos, em rulotes ou noutros alojamentos temporários. Os problemas de tempo de resposta das urgências do Hospital Garcia de Orta e as dificuldades em arranjar consultas nos Centros de Saúde, levam a que muitos almadenses se vejam numa situação bastante difícil, sobretudo as pessoas mais idosas e economicamente mais desfavorecidas. São muitos os edifícios escolares que precisam de obras de requalificação e de melhoramentos e vemos por isso com bons

olhos a transferência de competências e a possibilidade de uma maior celeridade na resolução deste problema que vem piorando de ano para ano.

Finalmente, no que diz respeito à proteção e bem-estar animal, seis anos de mandato já passaram e continuamos sem solução para animais de famílias carenciadas, pois o cheque veterinário apesar de alguns avanços ainda não se encontra em funcionamento, continuamos sem resposta para animais errantes ou matilhas, continuamos sem um banco alimentar animal e continuamos com centenas de animais a viverem acorrentados no nosso Município não obstante da campanha que agora se iniciou por proposta do PAN, que deve ser vista apenas como um primeiro passo para se começar a resolver este flagelo.

Há finalmente uma luz ao fundo do túnel para a construção do Centro de Bem-Estar Animal. Mas é ainda muito ténue e longínqua, pois ainda um longo caminho a ser percorrido até o centro ser uma realidade. Algo que devia ter sido a primeira prioridade em relação aos animais, pois sim este equipamento, toda a dinâmica que se pretenda que exista de adoção dos animais, participação da comunidade fica comprometida.

É também para nós inaceitável não apenas o tempo de resposta dos serviços às denuncias de alegada negligência ou maus tratos de animais em Almada que fazemos chegar, como também e sobretudo as respostas recebidas.

Como podem os serviços veterinários sugerir a construção de canis na via pública, como solução para animais que estão acorrentados a postos também na via pública? Como podem os serviços veterinários não ver nenhuma ilegalidade em manter animais em canis erigidos ilegalmente nas traseiras de prédios municipais e onde são mantidos 24H00 sobre 24H00? Os animais de companhia como o próprio nome indica têm proteção legal e uma serie de requisitos para o seu bem-estar ainda que mínimos, seja assegurado. Foi criada a Divisão de Bem-estar Animal em Almada, mas parece que de bem-estar tem apenas o nome.

Por tudo o que aqui foi exposto não podemos votar favoravelmente o Orçamento apresentado por este executivo."

6.1.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este é o sétimo Plano e Orçamento apresentado por esta Câmara Municipal presidida pelo PS, sempre com o apoio do PSD, é bom lembrarmo-nos, e em todos eles temos sido extremamente críticos.

Se nas primeiras discussões de Planos de Atividade e Orçamentos apresentados por este executivo PS, ainda se poderia aceitar, que alguma inexperiência justificaria a enorme discrepância que no final de cada ano se verificava sistematicamente, entre aquilo que se prometia fazer e aquilo que se executava, o que assistimos já neste 2º mandato PS, mostra que não estamos perante um problema de inexperiência, mas antes uma gestão deliberadamente casuística, que faz da apresentação destes documentos, mera operação propagandística, onde o que ali se diz não constitui um qualquer compromisso perante as populações que como tal tenha de ser cumprido.

Mesmo tendo sido assim nos anos anteriores, a apresentação deste Plano e Orçamento para 2024, supera em mediocridade tudo aquilo que antes assistimos.

A falta de respeito por esta Assembleia Municipal e pelos munícipes que representamos é tal que nos é apresentado um documento completamente desorganizado, contendo documentos parcelares dispersos e desordenados, sem qualquer logica de organização minimamente coerente, e de difícil leitura.

Mas para além desta infeliz realidade formal, este Plano de Atividades e Orçamento para 2024, cinge-se a um conjunto de quadros com a previsão das receitas e despesas do Município para próximo ano e a um conjunto de eixos de intervenção e ações que prometem continuar a desenvolver no próximo ano, sem que exista qualquer calendarização de execução física e financeira prevista para estas ações. Desta vez os Deputados Municipais foram culpados num documento escrito, àquela frase bombástica que a Senhora Presidente todos

os anos repetia, de que, este é o maior orçamento de sempre, que cada ano que passava, encimava cada orçamente e que sempre, mas sempre, era desmentido por esta realidade.

Já ouvimos aqui esta frase bombástica hoje de viva voz.

O Orçamento Municipal para 2024, continua a ter o céu como limite. E apesar de estarmos já no final do ano e a execução da despesa ser apenas de 76% em relação ao Orçamento inicial de 2023, já sabemos que esta execução irá aumentar depois da redução do orçamento em cerca de 11.000.000,00€ (onze milhões de euros) na Revisão Orçamental aprovada pela Câmara Municipal na passada segunda-feira.

Este orçamento para 2024, acrescenta 25.000.000,00€ (vinte e cinco milhões de euros) ao orçamento inicial do ano corrente de um aumento de 15,3%.

O PS continua a enterrar a cabeça na areia e a ignorar a necessidade de responder aos verdadeiros problemas da nossa população.

Não contentes com o facto de em 2023 terem orçamento de despesa de investimento de 41,5 milhões de euros e terem executado até agora apenas 11.200.000,00€ (onze milhões e duzentos mil euros), ai estão novamente a tentar enganar os almadenses e orçamentar para 2024 perto de 46.300.000,00€ (quarenta e seis milhões e trezentos mil euros) para investimento, quando já sabem que dificilmente têm incapacidade para executar 30% desse investimento que agora prometem.

Não contentes também, com o facto de terem orçamentado para o corrente ano 11.700.000,00€ (onze milhões setecentos mil euros), de investimento em habitação, e apenas terem tido capacidade para investir 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), dos quais 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros) foram para compra de pouco mais de meia dúzia de fogos, sabemos também, que estão ai mais alguns fogos na calha que a Câmara Municipal decidiu hoje mesmo adquirir, ai estão novamente a orçamentar para 2024, perto de 15.900.000,00€ (quinze milhões e novecentos mil euros), para habitação, quando já demonstraram a sua total incapacidade de resolver o problema da habitação no nosso Concelho.

Temo-lo dito e reafirmamo-lo, num período em que estão a ser disponibilizados ao nosso país, para intervenções muito especificas, e num prazo relativamente curto, montantes financeiros muito consideráveis, é extremamente grave que por incapacidade deste executivo essa oportunidade venha a ser perdida.

Os almadenses não vos irão perdoar essa vossa incapacidade de contribuírem para a resolução dos vários problemas que a nossa população enfrenta, seja eles de habitação, saúde, educação, ambiente, transportes ou acessibilidades.

E são tantas as necessidades de investimento, que no âmbito do Direito de Oposição, a CDU relembrou na reunião que há dias efetuou com a atual maioria do PS na Câmara Municipal, das 3 dezenas de propostas apresentadas, nem uma, nem uma foi considerada, o que nem sequer é uma novidade.

Investimentos da responsabilidade do Governo e em que a posição do Município não pode continuar a ser a de amortecer as reivindicações da nossa população, mas antes ser firme porta voz em investimentos da responsabilidade do município.

Desde a construção de uma nova escola secundária na Charneca de Caparica e Sobreda, à construção de novas instalações no Concelho para a PSP e GNR, à construção do Porto de Abrigo na Trafaria, à construção da estação da Fertagus em Vale Flores, à reivindicação da criação de um novo nó de acesso à A2 na zona de Corroios, ao prolongamento do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, há muito previsto no contrato de concessão e de que o PS, na última campanha eleitoral de forma oportunista e com o Primeiro Ministro demissionário à cabeça, quis transformar em bandeira eleitoral. Á reabilitação de muito do nosso parque escolar, às obras de reabilitação dos Mercados Municiais da Costa da Caparica e Almada e manutenção de todos os outros, às obras de manutenção dos equipamentos desportivos e culturais municipais, à construção pelo Município de habitação

social para responder às necessidades da nossa população, viva ela em habitações precárias, núcleos habitacionais degradados, ou necessite simplesmente de uma habitação para viver.

Dissemos inicialmente que estes documentos para 2024, se caracterizavam pelo seu irrealismo, mas também neste caso pela insensibilidade social das suas propostas acompanhada aqui e ali por muita hipocrisia.

Não há outra forma de denominar aqueles que num momento em que as famílias portuguesas e em particular as almadenses, suportam níveis de inflação anual nos principais bens e serviços do seu cabaz de compras familiar, ainda bastante elevados, em que mutas delas têm à sua frente o espetro de terem de suportar em 2024 ainda um agravamento das prestações mensais com a sua habitação e em que os seus salários ou pouco crescem ou ficam congeladas, aquilo que têm a oferecer à sua esmagadora maioria dos seus munícipes, são aumentos nas tabelas das taxas, tarifas e preços a praticar pela Câmara Municipal em 2024, na ordem dos 3,3%.

Num ano como o próximo que se advinha que continue a ser bem difícil para as famílias do nosso Concelho, a sua Câmara Municipal, a quem não falta disponibilidade financeira resultante da sua incapacidade permanente de executar os investimentos que orçamente, em vez de tomar a decisão politica de reduzir as taxas, tarifas e preços a praticar pela Câmara e pelos SMAS, decidiu ignorar essa mesma realidade e propor aumentos nas suas prestações de serviços de acordo que o valor que prevê para a inflação do próximo ano.

Esta Câmara Municipal em vez de ajudar os seus munícipes nos momentos mais difíceis, pelo contrário só lhes atrapalha a vida, só contribui para toda esta insensibilidade social para que a sua vida seja ainda pior.

Plano de Apoio ao Arrendamento, Plano de Almada Solidária e Gabinete de Apoio às Famílias sob endividadas, Plano de Promoção do Envelhecimento, Plano Municipal para a Integração dos Migrantes, Plano Local para a Integridade das Comunidades Ciganas de Almada e outras apresentadas como linhas de apoio às famílias, ficam bem em qualquer Plano de Atividades e Orçamentos, mas sem qualquer verba orçamentada conhecida, servem apenas para compor o ramalhete e escapam ao escrutínio desta Assembleia Municipal e dos munícipes que todos representamos.

Soam bem, mas valem pouco, porque não conseguimos desta forma perceber até onde está o executivo municipal disposto a ir ao apoio às famílias.

Ao mesmo tempo, sabemos se os apoios anuais ao Movimento Associativo são cada vez mais escassos e difíceis de obter, esta Câmara Municipal decidiu desembolsar mais de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) no programa Feliz Almada e outas festividades de fim de ano que estão já decorrer e que durarão menos de um mês.

Temo-lo dito e reafirmamo-lo, a população de Almada e em especial a população trabalhadora e mais desfavorecida merecem mais. Muito mais do que aquilo que a atual maioria PS lhes tem proporcionado.

No Poder ou na Oposição, bater-nos-emos sempre para que a população do nosso Concelho em especial a mais desfavorecida, veja os seus interesses e as suas necessidades respeitadas pela sua Câmara Municipal, algo que nos últimos anos, apesar das muitas promessas feitas, foi completamente ignorado por este executivo municipal.

Por estas razões a CDU votará contra o documento que estamos a apreciar."

6.1.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido de Almeida (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Desde de abril que o Município de Almada assumiu as competências no domínio de ação social, passando a coordenar o serviço de atendimento e acompanhamento social de Almada, no âmbito do qual são geridas duas vertentes. Atendimento e acompanhamento de ação social, acompanhamento dos beneficiários do RSI. É uma área onde a intervenção de maior proximidade faz a diferença. O trabalho mais próximo das famílias que enfrentam dificuldades, permite uma atuação mais rápida e eficaz. Desta forma, estas competências são

operacionalizas pelas equipadas quatro entidades que celebraram protocolos com o Município, assegurando um critério territorial, todo o trabalho no âmbito do SAAS, com a coordenação da equipa municipal.

O conhecimento e as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm do terreno é uma mais valia que permite chegar a mais famílias e ter um conhecimento mais assertivo de cada caso. Melhora de forma significativa a intervenção da Câmara Municipal junto das famílias em situação de vulnerabilidade e de casos de exclusão e emergência social.

Permite maior eficácia nos circuitos de pagamento dos apoios económicos às famílias, permite estabilização física das equipas, das entidades, uma mais valia junto deste tipo de população.

Agiliza respostas em diversas áreas setoriais, que suportem o trabalho do SAAS de Almada, nomeadamente respostas adicionais de emergência, respostas na área da saúde mental, respostas às famílias entre outras.

Relativamente ao valor dos apoios eventuais e tendo em consideração no processo de transferência este valor foi sempre exemplificado pelo município como estando muito abaixo das necessidades, é bem complementar por verbas provenientes do Município. Uma Almada mais solidária e plena de oportunidades para todos, esta não é uma despesa, é efetivamente, um investimento no futuro. Isto é cumprir Abril."

6.1.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As Grandes Opções do Plano 2024, demonstram aquilo que é por um lado, a resiliência, mas também a força deste executivo para fazer avançar Almada.

Vejamos, no vetor da juventude e desporto, destaco desde já o desígnio pela renovação, renovação essa através da requalificação da rede de polidesportivos do Concelho, que é uma concretização deste empenho em dar mais vida aos espaços desportivos do Concelho. Cacilhas é já hoje um bom exemplo deste esforço deste executivo.

Também há obviamente, oportunidades de melhoria, oportunidades de melhoria no Polidesportivo da Casa Amarela, no Laranjeiro, e também outros que foram votados ao abandono durante vários anos pelos executivos da Câmara Municipal de Almada liderados pela CDU.

Saudamos assim, portanto, a iniciativa de requalificação de dois polidesportivos em cada ano.

Mas também importa destacar aqui o objetivo de investimento, em particular é muito importante continuar o investimento nas diversas piscinas na Charneca de Caparica, no Complexo Municipal dos Desportos, e relativamente a este Complexo Municipal dos Desportos, no Feijó, aproveito o ensejo para salientar o necessário investimento nos campos de ténis que incluam uma cobertura para permitir a prática em dias mais chuvosos. Adicionalmente estes campos de ténis deverão também ser colocados ao serviço das escolas como resulta da necessidade expressa pelos estudantes e docentes do desporto da Escola Francisco Simões no Laranjeiro, que estão com dificuldades em poder usufruir destes campos, situação que merece assim ser resolvida.

Na área da juventude, as Grandes Opções do Plano para 2024, referem estudar localizações alternativas para implementação de uma sala de estudo criando melhores condições para os seus utilizadores. É importante continuar a disponibilizar serviços de estudo com qualidade para os jovens. E foi pela mão do executivo do Partido Socialista na Câmara Municipal de Almada, sim, foi por este executivo os vários executivos do PS da Câmara Municipal, que a Casa Amarela e a sua sala de estudo foram sim renovadas. Foram renovadas estando abertas de terça a sábado até à 11H30.

Nestes investimentos, é muito relevante continuamente ouvir os jovens e ir dotando os espaços atuais das melhorias necessárias.

Já na área da habitação, a palavra de ordem deve ser contruir, construir, construir. O PRR prevê este investimento e a Câmara Municipal de Almada está na linha da frente destes investimentos. Demora o seu

tempo, é certo, mas a Câmara Municipal de Almada está focada nesta necessidade e saudamos o executivo por esse objetivo. E tal como disse ontem, acompanhar aquilo que são as situações de edifícios devolutos para requalificar e colocar ao serviço dos almadenses e poder aumentar assim a oferta de habitação.

Aproveitamos também, para saudar pela nova residência de estudante que está a ser construída que permite dar uma resposta concreta aos estudantes. Ainda na matéria da habitação, relembro no quadro mais global, aquilo que a importância de investir em habitação social e aqui o lema deve ser renovar, renovar, renovar.

E destaco a importância de também criar as condições necessárias para se aumentar a oferta de habitação e os apoios para a classe média. A classe média é o motor da economia portuguesa e é tanta e tanta gente que vive do seu trabalho, gente essa que vive do seu esforço, que precisa de uma resposta, de uma resposta em Almada na pressão constante que existe na área da habitação. A classe média foi mesmo sempre defendida ao nível das políticas públicas proporcionadas pelo Partido Socialista e destacamos e saudamos os apoios a estas famílias em matéria de habitação previsto pelo executivo da Câmara Municipal de Almada.

Em termos de investimentos infraestruturais, este executivo apresenta um plano de obra concreto, cerca de 29.000.000,00€ (vinte e nove milhões de euros) para construir e reabilitar escolas desde a requalificação dos refeitórios escolares, mas também as empreitadas para as escolas da Trafaria, a Escola Básica Presidente Maria Emília e contempla também o tão necessário investimento na Escola Secundária António Gedeão.

Os estudantes e os professores e os demais trabalhadores das escolas, precisam muito destes investimentos, e com o PS o investimento sai mesmo do papel. E é exemplo disso o investimento na Escola Maria Rosa Colaço, que regista um grande avanço e se prevê que a obra fique concluída em breve.

Este é o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Almada e isso é a prova deste executivo municipal em querer melhorar a qualidade de vida dos almadenses diariamente. Muitos podem sonhar, mas é com o PS que há avanço e que a obra nasce."

6.1.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, mais um orçamento, neste caso o orçamento do segundo mandato Inês de Medeiros à frente da Câmara Municipal de Almada. Um Orçamento e Grandes Opções do Plano, aprovado pela maioria do executivo, mas que não passa de mais do mesmo. Pode dizer-se mesmo, tirando um ponto ou outro, as apreciações, analises e sentido de voto da maioria da oposição, limita-se a transcrever o que já foi dito em anos anteriores. Simplesmente, porque o orçamento pouco ou nada muda onde as opções se repetem, e onde é mais do mesmo.

Um orçamento que passa de orçamento em orçamento, opções que se repetem, apenas algumas poucas inovações com a ajuda da Europa, para embelezar o documento e para que possamos fazer aqui a apresentação da proposta, uma proposta que se repete e que novamente quer apresentar aos almadenses.

Em suma pode-se mesmo apelidar este orçamento um orçamento copy paste, onde são transcritas propostas a papel químico daquilo que os almadenses já ouviram muito lá atrás. O que espera Senhora Presidente e a maioria do executivo, para executarem as grandes obras e reformas que o Concelho precisa? Porque continua a iludir os almadenses todos os anos com promessas vãs e propostas que não saem do papel? Porque continuam sem dar um rumo concreto à economia e desenvolvimento sustentável? Ao turismo, ao emprego local, ao espaço público e a habitação, isto só para dar alguns exemplos.

Dirá a Senhora Presidente como já temos ouvido, "estamos a fazer, temos projetos, temos a maquete, temos orçamento previsto, temos o estudo e estamos a fazer estudos, já temos o terreno, é este ano, agora é que é". Senhora Presidente, execute, faça obra que se veja e que seja realmente útil à vida das pessoas. Tem orçamento para isso, tem mais que orçamento para isso, nomeadamente naquilo que arrecada em impostos aos almadenses.

Portanto, centre-se em retribuir em obra acudindo às necessidades e aquilo que falta fazer no Concelho.

O seu saldo, o seu saldo não, o saldo dos almadenses, é muito o resultado gritante da falta de investimento em áreas chave. Tem mais do que margem para começar a desenvolver e executar obra. Isto como bem sabe Senhora Presidente, as suas opções de despesa não têm sido as mais acertadas. Pois não direciona e equilibra as suas escolhas para o que realmente tem que ser concretizado. Já foi aqui falado e também o CDS aqui o vem dizer, promessas atras de promessas e continua a hipotecar o desenvolvimento e o futuro do Concelho, pelo muito que há por fazer.

Lembramos Senhora Presidente, embora não tenha a responsabilidade direta, mas já foi aqui também falado e o CDS tem vindo a falar, da concretização daquela que foi a propaganda com poupa e circunstância, com o demissionário Primeiro Ministro, ali nos Paços do Concelho, a anunciar o Metro à Costa da Caparica, agora é que é, agora é que os almadenses vão poder viajar de metro até à Costa da Caparica. Mentira, não temos nem vamos ter, até porque foi rejeitado uma proposta no Orçamento de Estado pelo Partido Socialista, para que o Metro pudesse chegar à Costa da Caparica. Porquê Senhora Presidente? E mais pergunto: nós não vemos a Senhora Presidente e mais uma vez digo, não vemos a Senhora Presidente a fazer voz grossa junto do Poder Central. Talvez iremos ver a partir de dia 10 de março, pode ser que aí haja um volto face, pode ser que o Partido Socialista a partir de dia 10 de março, passe a apresentar aqui nesta Assembleia Municipal mais moções, não o tem feito ultimamente. Vamos saber porquê, la chegaremos.

Continuamos a perder oportunidades, o Concelho continua a ver os investimentos a fugir para Concelhos vizinhos, porque aqui não há respostas. Continuamos a perder mais valias, a Costa da Caparica, a Fonte da Telha, continua a ser aquilo que todos nós sabemos, que não há investimento, as pessoas queixam-se e continuamos sem dar atenção a esta perla que podia ser também, juntamente com outras Freguesias, um grande ponto de desenvolvimento do Concelho.

É preciso apostar na economia, nas empresas criadoras de riqueza, nos jovens e na integração dos mesmos na vida ativa e comunitária local.

Temos também os projetos da Margueira, Ginjal, Olho de Boi, que continuam à espera, não depende diretamente da Senhora Presidente, é verdade, mas Senhora Presidente eles aparecem sempre, sempre e nomeadamente, quando há eleições. Aliás, vamos ver agora, estamos a chegar às eleições vamos ver aquilo que o Partido Socialista vai apresentar. Margueira, Ginjal, Metro à Costa da Caparica, será? Bem, depois do IUC já esperamos tudo, do Partido Socialista já se espera tudo.

Promessas, há muito por fazer pelo Concelho, Senhora Presidente.

E termino, já que a Senhora Presidente gosta de ir promover lá fora, gosta de ir passear lá fora, promovendo o Concelho, mas até ao momento o que é que trouxe de retorno para o Concelho? Tem ido à Alemanha, à Correia e o que é que trouxe de investimento? Como é que conseguiu rentabilizar, como é que conseguiu promover e vender, no bom sentido da palavra, o Concelho de Almada?

Senhora Presidente, o CDS não tem nada em particular contra ninguém, mas Senhora Presidente, tem que começar a gostar mais de Almada, tem que começar a trabalhar por Almada, tem que começar a perceber Almada e tem que começar a andar nas ruas de Almada, mas não é nas festas, não é nas selfies, tem que começar a estar ao lado dos almadenses a perceber o que é que os almadenses pretendem e, portanto, só assim consegue conhecer o Concelho e teremos todo o gosto em recebe-la noutras funções que não a de Presidente, porque como Presidente deixa muito a desejar."

6.1.2.9 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Presente para discussão e aprovação as Propostas de Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal, dos SMAS e da Wemob, é a altura em que se tomam as decisões e se aprovam as principais orientações para o ano de 2024.

Nesse sentido, o PSD considera que estas propostas consubstanciam mais uma etapa na consolidação de uma estratégia diferente daquela que foi seguida no município durante algumas dezenas de anos e que se encontra virada para a construção de um concelho que se quer com mais educação, com mais ação social, com mais habitação, com mais saúde e segurança, mas também com mais coesão territorial, sustentabilidade ambiental, com mais dinamismo empresarial, atratividade económica e turística.

Por outro lado, estamos perante documentos ambiciosos e arrojados a pensar no futuro do nosso Concelho e que ao mesmo tempo respeitam o princípio do equilíbrio orçamental.

A comprová-lo temos:
- Na Habitação social, 270 novos fogos a ser construídos, dos quais 130 a custos controlados e mais 140 nas Terras da Costa;
- O Apoio Financeiro ao Arrendamento;
- Na Educação, a empreitada da Escola Básica Presidente Maria Emília e as empreitadas das Escolas EB1 e EB 2 e 3 da Trafaria e da Secundária António Gedeão;
- Na área social, diversas ações para os sem abrigo e para famílias em situação de vulnerabilidade;
- O Reforço do Plano Almada Solidária;
- Na saúde, finalmente a construção do Centro de Saúde do Feijó e o novo Centro de Saúde da Costa da Caparica.
- Na área cultural, destaque para os eventos:
Festivais de Música dos Capuchos e Sons de Outono; Sol da Caparica; O Está Tudo em Festa; O Feliz Almada e O Apoio às Marchas Populares.
- Na área da Economia, para além da revisão de diversos regulamentos municipais, é imperioso que Almada se transforme numa autarquia amiga do investidor, que reforce a nossa vantagem competitiva através de processos de acompanhamento de quem deseja investir, garantindo assim que os bons investimentos não se percam em favor de outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Para isto é imprescindível que se criem tramitações administrativas mais céleres e eficazes.
- Na área ambiental, o início do projeto COOLIFE que visa a implementação de medidas de combate às ilhas de calor urbano nas diversas praças centrais de Almada, o começo da implementação do Plano Local de Economia Circular, o Agroparque das terras da Costa e também o início do Programa destinado a concretizar os Corredores verdes de que tanto se tem falado

- Nesta área de destacar também o reforço do investimento em painéis solares que contribuirá também para a redução da fatura energética municipal.

- Na área do Planeamento e Urbanismo, esperamos que finalmente se conclua o processo de revisão do Plano Diretor Municipal e que através da transformação digital se possa contribuir para melhores e mais rápidos processos urbanísticos.

Contrariamente a algumas opiniões, já divulgadas, estes Planos de Atividades e Orçamentos ora apresentados, distinguem a melhoria dos serviços prestados às populações do concelho, e a prová-lo, para além do que já anunciamos há pouco, estão o desejo de culminar dos processos de transferência e delegação de competências para as Uniões e Junta de Freguesias.

O início do Plano de Ação de Cibersegurança e a implementação do Plano Orientador de Tecnologias de Informação e Comunicação, a continuidade do Plano de Renovação e Gestão da Frota Municipal tendo como objetivo a redução da Pegada Ecológica do município e adquirindo viaturas com emissões reduzidas de CO2 e as inerentes diminuições de consumos de combustível.

Está também prevista a reparação da cobertura de Vale Figueira Parque assegurando a todos os trabalhadores municipais que ali desenvolvem a sua atividade as melhores condições de saúde e de segurança.

Estes alguns dos exemplos, porque consideramos que estas Opções do Plano são positivas.

Mas gostaria agora de dar destaque às áreas de responsabilidade que o PSD detém na CMA.

Assim, na área do Turismo, temos a reabilitação do Posto de Turismo da Costa da Caparica, a instalação de Postos de Turismo Virtuais e dos Roteiros com Realidade Aumentada, bem como o projeto de sinalética turística também com realidade aumentada e ainda o desejo da participação em várias feiras internacionais com o objetivo de promover Almada. Temos ainda a criação do Conselho Municipal do Turismo e do Plano Estratégico do Turismo.

Nos Mercados, a começar pela revisão do Regulamento Municipal, temos o lançamento dos concursos de ideias para a requalificação dos Mercados Municipais de Almada e da Costa da Caparica. A intervenção no mercado do Monte de Caparica, com a instalação de portas automáticas, nova iluminação e reabilitação da cobertura. No mercado da Trafaria a implementação também de nova iluminação e a instalação de um elevador que possa levar à dinamização do 1º andar deste equipamento.

No sector dos Espaços Verdes e Viveiros Municipais, vamos arrancar com a 1ª fase do Parque Urbano dos Porfírios, na Sobreda, com o Parque Urbano de Vale Flores de Baixo, no Feijó, para além do Parque Urbano da Charneca de Caparica.

Ao nível dos Parques Infantis esperamos que finalmente se possa concluir a requalificação do Parque Infantil da Ramalha e se requalifique o Parque Infantil do Parque Multiusos na Sobreda.

Será realizada a empreitada referente à última fase do Parque Urbano do Pragal, com destaque para as intervenções ao nível de novas estadias, pavimentos e iluminação.

Esperamos também que no próximo ano as autoridades oficiais possam finalmente desbloquear a implementação do sistema de deteção de incêndios e videovigilância no Parque da Paz.

Será dado início à obra de requalificação do estacionamento do Chegadinho, no Parque da Paz, e também à beneficiação do Parque das Quintinhas e do Parque Aventura, na Charneca de Caparica.

Contamos que seja publicado o Guia para a Conservação do Parque da Paz.

Será concluído e implementado o Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano.

Daremos continuidade à classificação do Arvoredo de Interesse Público e também ao processo de atribuição de árvores de Interesse Municipal, tendo em atenção respetivamente, ao especial regime de proteção e ao reconhecimento e salvaguarda dos exemplares arbóreos de maior utilidade no Concelho.

Será dado início ao Guia das Árvores do Município de Almada e à promoção de um Ciclo de Conferências sobre a Árvore.

Procederemos ao arranque das obras de requalificação do Cemitério de Almada através da instalação de nova vedação de proteção, miradouro e estadia no limite norte do mesmo.

Encetaremos as obras de beneficiação e requalificação do Cemitério de Vale Flores para conferir mais dignidade ao espaço de acolhimento ao público e instalando sinalética informativa e direcional.

Estas são alguns dos principais destaques nas áreas de responsabilidade do PSD na Câmara Municipal e estamos convictos de que ainda há muito por fazer, especialmente no que toca à atração de investimentos e reafirmamos que Almada tem que se consolidar como um dos melhores concelhos para se viver, investir, trabalhar e visitar.

De reter que os documentos presentes para aprovação desta Assembleia Municipal confirmam a aposta no foco nas pessoas, o aproveitamento dos fundos comunitários, o respeito pelos compromissos assumidos e são, em nossa opinião, determinados por uma estratégia de sustentabilidade e rigor orçamental.

Assim, em 2024, iremos continuar com energia reforçada, determinação e resiliência, a construção de um concelho de Almada mais inclusivo, mais sustentável e mais desenvolvido, que leve à melhoria da qualidade de vida das pessoas, das famílias, das empresas e das instituições.

Por tudo isto, declaramos o voto favorável do PSD aos documentos em discussão."

6.1.2.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gosto muito do debate político, mas quando há debate, quando são monólogos sobre realidades alternativas eu tenho muita dificuldade em responder, e cada vez mais. Coloquem questões que tenham alguma aderência à realidade e aí poderemos responder, senão começa a ser muito difícil responder. São monólogos. Cada um tem direito ao seu monólogo.

Felizmente, quando eu passei e muito pelas ruas de Almada as pessoas dizem-me "Senhora Presidente, não pare, continue". Portanto, os almadenses, esses, sabem que a gente vai fazendo. Mas pelos vistos, só os Senhores Deputados Municipais da Oposição é que não registam esse nada, que supostamente nós não fazemos."

6.1.2.11 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito telegráfica, eu penso que não teria tempo para fazer uma apresentação que seria extemporânea, do Plano de Atividades e Orçamento da WEMOB, mas eu acho que nós tivemos hoje uma boa noticia relativamente à WEMOB, que foi e eu espero pelo menos pela intervenção do Senhor Deputado Municipal José Rocha do Bloco de Esquerda, termos o voto favorável do Bloco de Esquerda ao Plano de Atividades e Orçamento da WEMOB, porque pelo menos duas das questões essenciais que elencou como sendo necessárias, está lá bem dito e argumentado, de que elas vão acontecer em 2024.

A primeira delas é o alargamento do Flexibus, como bem sabem durante 2023 houve a implementação de uma nova rota do Flexibus em Pêra indo até à zona do Porto Brandão, que foi essencial para ocupar um espaço que ainda não estava ocupado pela Carris Metropolitana, que entretanto, já foi coberto, mas que faz um serviço muito importante àquela população, a população valorizou e a WEMOB conseguiu manter essa rota e como sabe está previsto para o ano de 2024, o alargamento desta rota de Pêra, com o alargamento à zona das Casas Velhas, do 2º Torrão e da Cova do Vapor, zonas também de especial fragilidade do ponto de vista social, e que esta rota do Flexibus pode ter aqui uma implementação muito importante no território. Portanto, aspeto muito positivo e totalmente alinhado com a intervenção do Senhor Deputado Municipal.

Segundo aspeto, relativamente à valorização dos trabalhadores. Falou nas carreiras, importantíssimo. A WEMOB no próximo ano celebrará 20 anos de existência. A WEMOB teve duas décadas de atraso na implementação de carreiras, pois em 2024, terá precisamente a implementação de carreiras e como está refletido no orçamento, existe um aumento de despesa só com aumentos e ajustes salariais de mais de 200.000,00€ (duzentos mil euros), isto sem contar com as carreiras. E, portanto, a dimensão de valorização dos trabalhadores espero que também leve os Senhores Deputados e os restantes, a considerar o voto positivo nesse Plano de Atividades e Orçamento.

Relativamente à dimensão da habitação, também julgamos que esse é um dos aspetos essenciais para levar ao voto a favor do Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal.

E destacaria aqui algumas dimensões que eu acho que são importantes e que foram hoje aqui apagadas. Dimensão de início das empreitadas de construção dos 95 fogo, lançamento do projeto de arquitetura para nova habitação municipal nas Terras da Costa, lançamento dos projetos de arquitetura para várias habitações em lotes dispersos no Concelho, continuação do plano de aquisição de imóveis que estamos a fazer porque todos sabemos que o problema da habitação é complexo, tem que ser atuado em diversas vertentes, aquisição de habitação, construção, reabilitação. Nessa terceira vertente, continuar a obra de reabilitação que estamos a fazer, um exemplo muito concreto, a reabilitação do edifício da Febo Moniz, que há mais de uma década que está emparedado, vai avançar. Um importantíssimo remate daquela zona urbana. Continuação da reabilitação de habitações municipais, dou só alguns números do trabalho que tem sido feito, desde 2017 mais 3.000.000,00€ (três milhões de euros) de investimento só em reabilitação do parque habitacional municipal. O início de 2021, grosso modo este mandato, mais de 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros) requalificação de mais de três centenas de habitações municipais, isto é o resultado do que temos feito e é continuar a fazer e isso está refletido nos documentos.

Implementação do programa de arrendamento acessível como bem sabem, foi lançado recentemente um programa excecional para apoiar ao arrendamento, classe média, famílias de classe média que não conseguem aguentar os preços no mercado, mais de meia centena de famílias está já a receber o apoio neste mês. No próximo ano temos o alargamento deste programa de arrendamento como bem sabem o regulamento está já ser discutido e passou pela Câmara Municipal.

A implementação do um novo regulamento de gestão do parque habitacional, porque tem sido essa uma das bandeiras do Partido Socialista, continuar com a gestão criteriosa e transparente, do parque habitacional, para lá do regulamento de atribuição passaremos a ter um verdadeiro regulamento de gestão do parque habitacional. Isto sem falar daquilo que é o protocolo de colaboração com o IHRU que esse sim é bandeira do Partido Socialista e tem que ser aqui sublinhado, que é a questão de termos construção 1200 habitações a renda acessível, que já estão com tijolo levantado a começar algumas delas, cerca de duas centenas de habitação que já estão a ser construídas na zona do Monte de Caparica e que contam com o protocolo de colaboração precisamente entre o IHRU e a Câmara Municipal de Almada, e que contarão no inicio de 2024, aquilo que se prevê é mais de 900 novas casas a entrarem em empreitada. Portanto, isto sim, a nova habitação a custos controlados, dirigida à classe média, bandeira do Partido e obra do Partido Socialista. Portanto, todas estas razões são apenas algumas daquelas que levarão certamente os Senhores Deputados Municipais a votar a favor destes documentos."

6.1.2.11 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito sucinta. Ouvir a CDU dizer que, programas de apoio social não saem do papel, não deixa de ser curioso. Uma Câmara Municipal que não tinha praticamente serviços sociais alguns, que tinha zero respostas para as pessoas em situação de sem abrigo, zero respostas para a integração de migrantes, zero de respostas eficazes, que só fazia algumas campanhas ao nível do combate da igualdade, zero respostas paras apoio às famílias mais desfavorecidas, zero respostas ao nível da habitação, não havia uma estrutura, um plano, uma ideia, quer dizer, não deixa de ser escandaloso. E, portanto, sim é verdade, tivemos de começar muita coisa, não é zero, é abaixo de zero. Porque nem sequer estrutura, nem sequer equipas, nem sequer profissionais, tinham suficientes para fazer qualquer uma destas questões.

Por outro lado, também não deixa de ser curioso a CDU que sempre justificou que a habitação era uma competência do Governo Central, agora poe em causa os protocolos que a Câmara Municipal assina com o IHRU. Sim, a Câmara Municipal participa em todos os projetos de arquitetura, a Câmara Municipal participa e viabiliza a questão daqueles terrenos que se pasmem, são extra PDM, nem sequer existiam para a Câmara Municipal de Almada.

Portanto, um pouco de decoro Senhores Deputados Municipais."

6.1.2.12 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para muito rapidamente, registar aqui que a Senhora Presidente da Câmara Municipal vive numa realidade alternativa, como ela própria referiu, porque com esta intervenção que acaba de fazer revela apenas que desconhece totalmente a realidade pela qual é responsável uma vez que foi eleita pelos almadenses para ser Presidente da Câmara Municipal de Almada. Tem obrigação de conhecer minimamente o Concelho de Almada, mas revelou com esta intervenção total desconhecimento sobre aquilo que é a realidade de Almada. Portanto, vive numa realidade alternativa e irá com certeza absoluta continuar nessa realidade."

6.1.2.13 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós estamos aqui de facto, num debate de apresentação destas Grandes Opções para o ano de 2024, e eu que já tenho alguns anos de Deputada Municipal, já cá estou se calhar há muitos anos, se calhar há demasiados. Mas há coisas que ainda me conseguem surpreender. O facto de o PS dar tempo à Câmara Municipal, coisa que foi sempre feita pela CDU quando era poder, é uma coisa absolutamente estrondosa.

Outra coisa que me espanta, enquanto a Senhora Presidente de Câmara estava a falar, podem estar constantemente a interromper, quando a bancada fala e a Senhora Presidente de Câmara faz um à parte como estão constantemente a fazer, já é o fim do mundo. E isto só se justifica por um motivo, é porque as Opções do Plano e Orçamento que nós aqui vamos aprovar, são só aquelas Opções que os almadenses escolheram. E é isso que vos custa. Aquilo que vos custa, é porque a maioria dos almadenses, escolheram estas Opções, escolheram estes projetos, escolheram esta estratégia, escolheram esta Presidente de Câmara, e é isso que vos custa e continuará a custar, porque o Partido Socialista pode ter muitos defeitos como todos os partidos têm, mas há uma coisa que é certa, não há nada que nos separe, tudo nos une, quer a bancada, quer a Câmara Municipal, falam a uma só voz.

E Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, há uma coisa que pode ter a certeza, o Partido Socialista não tem necessidade de apresentar moções a metro, sabe porquê? Porque o Partido Socialista fala diretamente com a Câmara Municipal, as recomendações que o Senhor Deputado faz e as quais muitas delas e ainda ontem votamos a favor, nós também defendemos, falamos com a Câmara Municipal e já estão a ser implementadas. Portanto, aquilo que hoje aqui se passou, é uma Assembleia Municipal de partidos que estão a 3 meses de eleições legislativas. Mas nós todos chegaremos lá, mas aquilo que aqui hoje estamos a discutir e aquilo que vos custa são as opções que os almadenses quiseram que fossem implementadas neste Concelho. E é isso que nós estamos a fazer. O Partido Socialista está a cumprir aquilo que foi o seu programa eleitoral, e que foi esse escolhido pelos almadenses na sua maioria."

6.1.2.14 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Obrigada Senhora Deputada Municipal Ana Lourenço pelo esclarecimento. Eu não me esqueço, mas eu dou um conselho ao PS, então tem que falar ainda mais com a Senhora Presidente, tem que falar por exemplo, da Costa da Caparica, tem que falar da Fonte da Telha, tem que falar de outros muitos assuntos que ainda estão em falta e, portanto, não chega ainda, Senhora Deputada. Com certeza, tem que falar ainda mais, porque ainda há muita obra para concretizar no Concelho, portanto, não chega."

6.1.2.15 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria só responder à Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos

Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, ao contrário do que disse, sabe que em janeiro a Câmara Municipal de Almada, aprovou o Plano Climático de Almada. O Governo ainda não o regulamentou, mas já o

fizemos. Reforçamos o compromisso dos Autarcas e estamos a pôr todo esse plano no terreno. E, portanto, é aqui também, com alguma perplexidade que eu ouvi a sua intervenção. Porque a Senhora Deputada Municipal sabe bem, tudo o que tem sido feito, recomeçamos com o Plano do REDUNA, o Call LIFE, tudo a ver com as alterações climáticas e com o baixar da temperatura. Não esperaria que mais uma vez entrasse também neste decoro, de achar que basta proclamar para as coisas aparecerem feitas. Não basta. E todos os que aqui estão, sobretudo quem já teve responsabilidades governativas, sabe bem que assim é. Até ouvi falar no lamento dos planos e dos estudos, eu sei que era mais fácil fazer de conta que se faz, pôr placas e símbolos sem concretizar, do que criar projetos que sejam credíveis, sólidos e perenes.

Portanto, é isso que nós estamos a fazer e de facto estamos a alterar em muito aquela que é a nossa realidade de políticas ambientais neste Concelho. Iniciamos no mandato anterior, continuamos neste e continuaremos a fazer."

6.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.7 da agenda, sendo aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 16 votos contra, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; 1 abstenção do eleito do CDS-PP através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova as Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS de Almada para 2024, ao abrigo das alíneas a) e o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 4, do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas constante do anexo à Lei nº 35/2014 de 20 de junho, e com o artigo 13º, alínea d) e artigo 16º nº 1, da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto;

Aprova ainda conceder autorização ao Conselho de Administração dos SMAS de Almada para assumir compromissos plurianuais para efeitos de execução das Opções do Plano para o ano de 2024, que não excedam os € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), ao abrigo do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º, do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho, nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro que aprovou a proposta nº 2023-561-GP.

6.1.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.8 da agenda, sendo aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 1 abstenção da eleita do PAN através da seguinte:

DELIBERAÇÂO

A Assembleia Municipal de Almada aprova as Opões do Plano e Orçamento para 2024 e Mapa de Pessoal do Município de Almada para 2024, ao abrigo das alíneas a) e o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 4, do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) constante do anexo à Lei nº 35/2014 de 20 de junho, nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro que aprovou a proposta nº 2023-609-GP.

6.1.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da Proposta do ponto 3.9 da agenda, sendo aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 1 da eleita do PAN e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica;

14 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP através da seguinte:

DELIBERAÇÂO

A Assembleia Municipal de Almada aprova o Plano de Atividades e Orçamento para 2024 da WEMOB, E.M., S.A., ao abrigo da alínea a), do nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b), do nº 2, do artigo 46º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro que aprovou a proposta nº 2023-564-GP.

6.2 – Ficou consensualizado em reunião da Conferência de Representantes, a apreciação e votação dos pontos 3.11, 3.12 e 3.13, relativos às propostas da Câmara Municipal sobre "Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (dezembro de 2022 a maio de 2023)"; "Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (junho de 2023 a novembro de 2023)"; "Plano Anual de Atividades para 2024 do Provedor dos Animais de Almada".

6.2.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, devo desde já pedir desculpa de facto, o Relatório do 1º Semestre veio agora com o Relatório Final, é algo que nós temos insistido com o Senhor Provedor, há também de facto uma questão que já foi aqui colocada e que eu sou obrigada a partilhar, a importância do Senhor Provedor poder vir a ter também um apoio suplementar coisa que não tem. Como sabem agora, já tem, era coisa que não tinha, ele sozinho e de facto, o que dificultava muito o trabalho e o grande trabalho que têm feito.

Relativamente às propostas que aqui estão, eu penso que elas são claras, as atividades do senhor Provedor. Como podem ver relativamente àquele que é o Plano de Atividades do Senhor Provedor, há naturalmente uma série de atividades que são de continuidade e ainda bem, porque são atividades cada vez mais consolidadas.

A questão do grupo de resgate e de intervenção em situações de catástrofe, que tem sido muito útil e que tem intensificado a cooperação com o ICNF e com os Bombeiros Voluntários assim como com o Serviço Municipal da Proteção Civil.

Temos uma proposta de Estratégia Nacional para Animais Errantes. Aqui também há para além do plano que já está a ser feito com a Câmara Municipal também para os parques de matilhas, que são fundamentais.

Dizer que, no CRO também está previsto uma zona justamente, não apenas para cães errantes, mas também para os animais silvestres, isto é fundamental

Temos a Plataforma Nacional para a Adoção de Animais que aqui também vai dar uma ajuda fundamental, já para não falar do Plano de Esterilização, a Câmara Municipal aumentou imenso o número de esterilizações, mas ainda temos muito trabalho pela frente.

Há uma série de atividades que o Provedor faz ao nível da pedagogia, ao nível do ensinamento, ao nível da responsabilidade que são fundamentais, e o Provedor tem funcionado como um grande parceiro naquilo que são os sistemas de alerta para além das suas qualidades até nas situações e a sua experiência profissional, nas situações de maior risco.

Temos naturalmente, também o Plano Municipal para as Peças Pecuárias, é importante também sairmos apenas desta questão dos animais domésticos se quiserem e nós temos várias situações complicadas aqui em Almada e, portanto, o Senhor Provedor já está também a colaborar a esse nível.

Temos a nova edição do Rafeiro de Ouro, que é um momento de celebração, mas é também um momento de encontro e de partilha entre todas as associações, a Câmara Municipal e o Provedor colaboram em conjunto e cada vez mais de forma autónoma e a autonomia do Senhor Provedor é fundamental, cada vez mais a presença do Provedor se tem revelado não só fundamental, mas como sendo um elemento que permite levar a nossa ação mais longe e de forma mais eficaz.

Portanto, Senhores Deputados Municipais, ao fim destes 4, 5 anos de existência da Provedoria, só posso mais uma vez reafirmar, o bem fundado da sua existência e agradecer naturalmente, a este que é o nosso primeiro Provedor do Animal, toda a dedicação, todo o esforço e todo o trabalho que tem feito ao longo destes anos, toda a colaboração e sobretudo junto dos almadenses."

6.2.2 – No debate usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador Filipe Pacheco (PS).

6.2.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha primeira questão prende-se exatamente com a questão de o Relatório do 1º Semestre só ter vindo agora a votação, mas a Senhora Presidente da Câmara já explicou a razão.

Depois tenho aqui algumas questões, entendendo que a Provedoria é um órgão autónomo, mas tem o mesmo dever de transparência e rigor que os restantes organismos públicos.

Portanto, as minhas questões prendem-se com as ações de formação que são mencionadas no documento. Gostaria de saber onde foram divulgadas e administradas, uma vez que essa informação não se encontra no relatório, nem nas redes sociais do órgão.

Gostaria ainda de saber qual o critério para a participação dos voluntários nas ações de Provedoria, uma vez que não é clara a forma de divulgação das ações e na seleção dos voluntários.

Sobre os voluntários gostaria ainda de saber quantos voluntários em média têm ido ao canil municipal por semana e como são selecionados os voluntários.

A recomendação do PAN a esta Assembleia Municipal sobre a abertura do canil aos voluntários não de coaduna com um grupo restrito e limitado de pessoas que vai ao canil uma vez por semana. O que se pretende é que exista um número robusto de voluntários existindo uma rotatividade e oportunidade a todos os que queiram ser voluntários desde que cumpram naturalmente, as regras existentes. O facto de o canil aceitar voluntários apenas uma vez por semana também não é aceitável nem compreensível.

Perante este cenário podemos afirmar que o voluntariado no CRO continua a ser praticamente inexistente e não corresponde ao proposto e aprovado por esta Assembleia Municipal.

Os relatórios fazem ainda menção ao banco alimentar animal, recomendação que o PAN apresentou nesta Assembleia Municipal há poucos meses, referindo o desejo de organização e manutenção, ou seja, não existe um banco alimentar em Almada. Como foi dito pelo PAN aquando da sua proposta.

É referido ainda que o Provedor procure um espaço onde a ração possa ser armazenada. O PAN questiona se é assim tão complicado encontrar esse espaço nos equipamentos municipais.

Foi aqui também dito e reafirmamos que são necessárias regras claras quanto aos beneficiários deste banco alimentar, devendo existir um registo do que é recebido e do que é distribuído e a quem.

O relatório fala ainda do acorrentamento proposta também apresentada pelo PAN nesta Assembleia Municipal, referindo que existe um atraso na sua implementação apontando diversos motivos. Não obstante a dificuldade existente e que reconhecemos, enquanto membro fundadora do projeto Almada sem Correntes, nos últimos dois anos ajudei a desacorrentar cerca de 100 cães em Almada. Praticamente sem recursos e com muito poucas

ajudas. E por isso me parece que estando o Município empenhado neste problema, a sua resolução só poderá ser célere.

Quanto ao Regulamento de Bem-Estar Animal proposto no Plano de Atividades, o mesmo foi proposto pelo PAN nesta Assembleia Municipal em 2021, sendo que a Provedoria refere que pretende em 2024 iniciar o debate e redação de uma proposta para este Regulamento. Gostaríamos de conseguir compreender as razões de passados quase 3 anos da aprovação desta recomendação, ainda agora se vai propor o debate sobe a mesma.

Finalmente a organização do 2º Encontro Municipal de Segurança, Justiça e Saúde Animal de Almada, e o 1º Encontro Municipal de Associações e Cuidadores de Proteção Animal, foram iniciativas propostas no Plano de Atividades de 2023, e voltam a ser propostas para 2024. E por isso gostaria de saber a razão por não terem sido realizadas em 2023."

6.2.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Algumas das questões que foram aqui colocadas serão transmitidas ao Senhor Provedor, pedindo que ele responda em concreto, porque algumas delas foram muito concretas e de facto ele não está aqui e volto a dizer, a Provedoria tem também nos seus estatutos autonomia em ternos de organização.

Relativamente à questão do espaço. Não, não é complicado, ou melhor, é complicado porque por um lado também tem que ter a autonomia do espaço, não se pode confundir com nenhum dos outros espaços municipais, e por outro lado, tem que ter condições necessárias para acolher rações de forma mais ou menos perene."

6.2.2.3 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste ponto sendo o Relatório do Provedor, e há aqui alguma dificuldade em responder pelo Provedor, algumas das questões nós certamente dialogaremos com o Provedor, mas eu daquilo que posso responder, do que conheço da realidade, tanto as ações de formação como o grupo de voluntários são divulgados designadamente, nas redes sociais, em todos os contactos que o Provedor vai fazendo, vai recolhendo também disponibilidades e tem digamos, aquilo que é uma bolsa de pessoas interessadas. Portanto, não tenho mais detalhes sobre a integração destes voluntários seja nas ações de formação, seja também na bolsa de voluntários, eu não tenho aqui comigo números sobre os voluntários.

Relativamente ainda a uma questão, que é a questão dos relatórios, eu acho que o apoio administrativo que recentemente iniciou funções vai ser fundamental para apoiar precisamente a Provedoria em toda a questão burocrática, administrativa, não só destes relatórios mas da imensidão de queixas, de contactos que chegam também à Provedoria, e também ao Serviço Veterinário, essa dimensão é muito relevante e permitirá corrigir aqui esse problema.

Relativamente ao Banco Alimentar, está precisamente também até e permitirá cumprir aquela que é uma recomendação também desta Assembleia Municipal, a aguardar um espaço. O espaço mais fácil seria junto do atual Centro de Recolha Oficial, mas precisamente pela questão da autonomia do Provedor em relação ao serviço, entendeu que devia ser noutro sítio.

Portanto, estamos a estudar um espaço, e aquilo que é em nosso entendimento, é um espaço que permita ter um novo gabinete para a Provedoria, no sítio atual, e permita ao mesmo tempo acumular também a dimensão do banco alimentar com capacidade de recolha, armazenamento e evidentemente com o registo e toda a transparência no acesso e funcionamento.

Por último responder à questão do acorrentamento.

Como bem sabe a Câmara Municipal de Almada tem neste momento em vigor um plano de desacorrentamento, como sabemos o enquadramento legislativo nacional ainda é muito reduzido relativamente a essa dimensão, temos um plano de desacorrentamento designadamente, com dimensões de comunicação, sensibilização, aliás, ainda há uns meses existiu uma campanha por todo o Concelho com outdoors e material de divulgação, precisamente, a alertar para a necessidade de desacorrentar animais, porque a pratica de acorrentamento é uma prática que não deve ter lugar e isso está a ser feito em um trabalho continuo, já existe também material para divulgar em todas as saídas do próprio serviço de recolha oficial do Serviço de Veterinária e, portanto, está em desenvolvimento e está a acontecer e achamos que é uma boa prática que este Concelho tem, que é obviamente este ponto do desacorrentamento, que aliás, resulta também de uma recomendação desta Assembleia Municipal."

6.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.11 da agenda, sendo aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea f) do artigo 8º do Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada, Regulamento nº 1070/2020, de 9 de dezembro de 2020, bem como do disposto na alínea k), do nº 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (dezembro de 2022 a maio de 2023), nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-598-GP.

6.2.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.12 da agenda, sendo aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea f) do artigo 8º do Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada, Regulamento nº 1070/2020, de 9 de dezembro de 2020, bem como do disposto na alínea k), do nº 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (junho de 2023 a novembro de 2023), nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-599-GP.

6.2.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.13 da agenda, sendo aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova o Plano Anual de Atividades para 2024 do Provedor dos Animais do Município de Almada, ao abrigo da alínea e), do artigo 8º do Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada, Regulamento nº 791/2020, de 19 de agosto de 2020, bem como do disposto na alínea h, nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro de 2023, que aprovou a proposta Nº 2023-600-GP.

6.3 – Entrou-se no ponto 3.14 da agenda relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Revisão da Carta Educativa de Almada – Aprovação de documento".

6.3.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira.

6.3.1.1 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta que foi aprovada em reunião de Câmara e que hoje colocamos aqui à vossa consideração, resulta de um processo amplamente participado, com toda a sociedade civil, com a comunidade educativa e resultou efetivamente, é um instrumento fundamental de gestão do território no âmbito do que é a constituição do parque escolar, e dizer-vos que, contempla a construção de todas aquelas muitas outras, porque é para um universo temporal muito mais alargado, mas contemplas no imediato, todas aquelas construções que a Senhora Presidente elencou no Plano das Opções e Orçamento que apresentou há bem pouco tempo.

Salientar talvez aqui aquelas que me parecem no imediato mais importantes, a questão da requalificação da António Gedeão, a requalificação ampliação, esta importantíssima da Escola Presidente Maria Emília, sabemos todos que a população da Charneca de Caparica e da Sobreda desta União de Freguesias, cresce exponencialmente de ano para ano, e apesar do conjunto de equipamentos que tem, foi já este ano um pouco difícil o acomodar das crianças do 1º Ciclo nesta área. Portanto, esta foi e está elencada para ser imediatamente feita a sua ampliação, foi uma das opções que surgiu como uma necessidade premente.

Falar também que a questão da substituição da Escola EB 2,3 da Trafaria, que todos conhecem como um pré-fabricado pesado com 50 anos, sem um mínimo de condições para funcionar e que será também objeto de construção agora no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Outros equipamentos serão também alvo de construção e de recuperação nos tempos mais próximos, mas penso que ela resultou num exercício bastante equilibrado e ambicioso, de resposta de equipamentos escolares à população do Concelho.

Dizer-vos ainda que toda a discussão que foi feita em torno desta Carta Educativa, foi também feita paralelamente e traremos numa próxima Assembleia Municipal, a articulação deste instrumento com outro instrumento que nos parece absolutamente fundamental que é o Plano Educativo Municipal de Almada, temos pronta para levar a reunião de Câmara a aprovação do projeto já com a proposta, já decorrente da articulação com esta proposta que já estava aprovada. Portanto, dizer-vos que esta Carta Educativa, tem aparecido várias moções quer em Assembleias de Freguesia, quer aqui mesma própria Assembleia Municipal, propondo o alargamento da rede escolar. Eu penso que esta Carta Educativa que vem substituir aquela que existia e que estava efetivamente muito desajustada porque era a realidade do Concelho, responderá e já está a responder a todas aquelas necessidades que o Concelho precisa nos diversos graus de ensino."

6.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Luís Couvaneiro (PS), João Eduardo Geraldes (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira.

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria de começar por felicitar a Autarquia pela revisão da Carta Educativa, dando nota que farei a análise deste documento a partir de sete pontos.

Um primeiro de enquadramento relativamente à Carta, um segundo relativamente ao processo de revisão propriamente dito, a monitorização e avaliação, sistema de indicadores, metodologia de recolha e tratamento e disseminação de informação, ajuste à procura futura e depois uma conclusão.

Relativamente ao enquadramento, importa dizer que, esta revisão da Carta aborda aspetos estratégicos, operacionais, importantes no contexto daquilo que é a educação do Município e que está alinhado com as políticas públicas não sós municipais como nacionais.

Trata-se de um documento que olha para a escola num contexto de uma rede mais alargada de outras estruturas do Município e equipamentos coletivos, promovendo a sua integração na comunidade e colocando um foco muito especial nas questões da flexibilidade, da monitorização contínua, da adaptação às mudanças e também às alterações, aos novos contextos educacionais.

Relativamente ao processo de revisão, foi referido pela Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, trata-se de um documento que foi marcado por uma ampla participação de diferentes parceiros, com destaque para o papel que assumiram os senhores e senhoras Diretoras de Agrupamentos e Escolas não Agrupadas, e esta Carta Educativa é um instrumento como é suposto, que tem um horizonte temporal de uma década, decorrendo até ao ano letivo de 2032-2033. É considerada então um documento flexível adaptado às mudanças previsíveis no nosso sistema educativo, e também ao contexto daquilo que são as responsabilidades municipais em matéria educativa.

Quanto à monitorização e avaliação, prevê a implementação de um processo robusto de monitorização e avaliação, crucial para adaptação às novas dinâmicas do território e às orientações que, entretanto, surgirão, que já foram surgindo e que provavelmente surgirão no sistema indicativo.

Quanto aos indicadores, pressupõe um sistema de monitorização e avaliação composto por elementos que são cruciais, elementos estes que decorrem de estatísticas nacionais e nomeadamente, aquelas que são produzidas pelo Ministério da Educação.

Diria que, relativamente à metodologia de recolha e tratamento da informação e depois sua disseminação, a Carta Educativa prevê uma metodologia de recolha que dialoga com a comunidade e que estabelece um conjunto de procedimentos fundamentais para garantir aspetos como a transparência, para garantir também a implementação de uma política educativa que ouça as estruturas principais do Município a este nível, nomeadamente, o Conselho Municipal de Educação.

Quanto ao ajuste à procura futura, apresenta naturalmente, ou constitui uma oportunidade de se adaptar a rede existente às necessidades previsíveis e às dinâmicas de expansão do nosso efetivo populacional, com aquilo que são as estimativas e previsões de procura sobre o sistema educativo nos próximos anos.

No entanto, e como está estabelecido e perfeitamente plasmado no documento, está prevista a reavaliação e o permanente planeamento desta resposta que tem que ser naturalmente, dinâmica.

Em conclusão, o documento demonstra um esforço concertado para adaptar o Concelho de Almada às necessidades do sistema educativo, atuais e futuras, e tem um forte enfoque nas questões da descentralização, das responsabilidades assumidas pelo Município, integrando naturalmente, a participação da comunidade numa resposta que se quer adaptativa aos desafios que são emergentes.

Felicitamos por isso o trabalho desenvolvido pelo executivo e pelos serviços municipais."

6.3.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Depois desta intervenção do Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro, suscitou-se-nos uma dúvida. Nós não estamos a aprovar a Carta Educativa. Segundo a proposta que nos foi distribuída, estamos a aprovar a remessa

dessa Carta Educativa à entidade governamental responsável por verificar a sua compatibilidade com a legislação nacional, e esta carta educativa virá novamente à Assembleia Municipal."

6.3.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esse envio carece de um conjunto de apreciações que aqui foram trazidas. Portanto, para justificar a qualidade do documento que enviamos, é a análise que foi feita e que aqui apresentei."

6.3.2.4 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A primeira proposta recolheu o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, e em sequência foi enviada ao organismo governamental que tem que verificar a sua conformidade. Verificada essa conformidade, foi aprovada em reunião de Câmara, e agora vem aqui para ser aprovada pela Assembleia Municipal como está previsto."

6.3.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não fiz nenhuma espécie de qualificativos à intervenção do Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro, limitei-me a colocar uma questão em função daquilo que está na proposta que nós estamos a discutir e que está escrito na proposta. E o que está escrito na proposta na parte deliberativa, peço desculpa, mas contradiz rigorosamente aquilo que a Senhora Vice-Presidente acaba de dizer, porque, o ponto 1 da parte deliberativa diz o seguinte: "Aprove a Minuta da Revisão da Carta Educativa de Almada, que obteve parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, no passado dia 12 de julho, em anexo à presente proposta e da qual faz parte integrante". Este é o ponto 1.

O ponto 2 diz: "Sob condição de aprovação do ponto anterior, remeta a Minuta aprovada ao Departamento Governamental responsável na matéria em apreço, para efeitos de necessário prenuncio".

E ponto 3 diz: "Caso o Departamento Governamental competente, não identifique quaisquer desconformidades, remeter a Carta Educativa à Assembleia Municipal para aprovação".

É isto que nós estamos a votar, é a proposta que vem para a Assembleia Municipal deliberar. Portanto, não é aquilo que a Senhora Vice-Presidente disse. O que nós estamos a aprovar é a remessa à Entidade Governamental, ponto 2, da parte deliberativa da proposta."

6.3.2.6 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Penso que não disse nada diferente do que o Senhor Deputado Municipal disse. Isto foi o que foi para reunião de Câmara, como foi ao Departamento Governamental, e veio em conformidade, foi à reunião de Câmara e vem à Assembleia Municipal. Como aliás, acontece a todas as outras propostas, elas são aprovadas em reunião de Câmara e vêm para aprovação da Assembleia Municipal. O processo é igual a este, sendo que este só teve pelo meio apenas a ida ao Departamento Governamental que verificou da sua conformidade. Verificada a conformidade vem à Assembleia Municipal.

Já foi ao Departamento Governamental para verificar da conformidade da proposta apresentada, e quando volta e só aí é que pode vir à Assembleia Municipal."

6.3.2.7 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Bem agora, tenho outra dúvida, onde está o parecer da Entidade Governamental relativamente a esta Carta Educativa, eu não encontro aqui no processo, haverá com certeza um parecer dessa Entidade Governamental."

6.3.2.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, havendo dúvidas e havendo necessidade, eu propunha que este ponto fosse votado amanhã, foi apresentado hoje, o Senhor Deputado Municipal João Geraldes pode levantar todas as questões e amanhã votamos este ponto."

6.3.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista obviamente não se opõe a que esta proposta seja votada amanhã, mas há uma coisa que todos temos que ter consciência, e o Senhor Deputado Municipal João Geraldes, leu exatamente quais é que são os pontos deliberativos e a sua ordem, todas elas. Portanto, a Câmara Municipal aprovou a revisão da Carta Educativa, enviou para o órgão competente da Administração Central, e só se tiver o parecer positivo é que pode diretamente, que é o ponto 3, trazer à Assembleia Municipal. Eu estou certa que não há nada a opor a partilhar esse parecer do Departamento que dá o parecer, mas o que é facto, é que na Câmara Municipal não foi isso que foi deliberado, porque se quisessem ter esse cuidado tinham dito. Devem remeter à Assembleia Municipal juntamente com o referido parecem e não é isso que está. Na minha opinião estamos em condições de votar hoje, mas como disse nada a opor se tivermos de votar amanhã."

6.3.3 – Por solicitação da Senhora Presidente da Câmara Municipal a proposta foi adiada para apreciação e votação na Terceira reunião da Sessão Ordinária de dia 21 de dezembro.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.15 da agenda relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Proposta de adjudicação e minuta do contrato, Parque Urbano da Charneca de Caparica";

6.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Esta proposta já foi apresentada em reunião de Câmara, vem aqui à Assembleia Municipal por se tratar de um compromisso plurianual, 2023-2024, e é com gosto naturalmente, que a trazemos aqui para por fim, podermos lançar uma obra há muito desejada para a construção do novo Parque Urbano da Charneca de Caparica, que eu acho que vai continuar a ser um grande espaço de encontro, um grande espaço de eventos, portanto, reforçar ali a centralidade daquela zona que bem precisa. A Charneca de Caparica bem precisa de ter um centro dinâmico e vivo."

6.4.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira (PS).

6.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra neste ponto, porque me parece importante salientar esta obra que vai nascer agora na Charneca de Caparica.

Este espaço é propriedade da Câmara Municipal, há muitos anos que estava para ser requalificado, vai acontecer agora. E isso é bom. É bom porque assiste-se de dia para dia, de ano para ano, à requalificação desta Freguesia, que de facto, teve bastantes anos esquecida, por vários motivos que não interessa agora falar, porque o que temos agora, é uma boa obra que vai ser implantada.

Eu tenho aqui uma fotografia da mesma, é isto que vai acontecer naquele espaço, um espaço que as pessoas desta Assembleia Municipal devem conhecer como o espaço onde se faz ou fazia as Festas da Charneca de Caparica e Sobreda, também conhecidas como Festas das Vilas, e é de louvar a Câmara Municipal, neste projeto e venho aqui precisamente dar os meus parabéns a todos os envolvidos e que continuem a lembrarem-se daquele território que é só metade do Concelho de Almada e onde habitam cinquenta mil pessoas."

6.4.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 abstenções, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal ao abrigo da alínea i), do nº 1, do artigo 25, anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a assunção do compromisso plurianual com a consequente repartição de encargos do Parque Urbano da Charneca de Caparica, nos precisos termos da deliberação camarária de 4 de dezembro que aprovou a proposta nº 2023-557-DPOEP.

6.5 – Entrou-se no ponto 3.16 da agenda relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Proposta de adjudicação e minuta do contrato RAC – Bateria da Raposa – Edifício dos Sapadores";

6.5.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pela mesma razão trazemos aqui esta proposta. Penso que é particularmente importante que todos os Senhores Deputados tenham também conhecimento daquilo que se propõe fazer ao nível do projeto para a Bateria da Raposa, o Edifício dos Sapadores, que é uma parte, estamos a falar de uma obra com um prazo de 120 dias e com um valor diminuto e portanto, acho que é relativamente claro e simples, é uma despesa para 2024."

6.5.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal ao abrigo da alínea i), do nº 1, do artigo 25, anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a assunção do compromisso plurianual com a consequente repartição de encargos "RAC – Bateria da Raposa – Edifício dos Sapadores", nos precisos termos da deliberação camarária de 4 de dezembro que aprovou a proposta nº 2023-576-DPOHE.

6.6 – Entrou-se no ponto 3.17 da agenda relativo à "Alteração da composição das Comissões Permanentes";

6.6.2 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

6.6.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves:

Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Passamos então para o ponto 3.17 relativo à "Alteração da Composição das Comissões Permanentes", é uma proposta da Mesa que incorpora diversas propostas, na verdade uma proposta do Partido CHEGA no sentido de alterar as Comissões em que os Deputados Municipais participam e a inclusão também do Senhor Presidente da Junta de freguesia da Costa da Caparica nestas Comissões, a proposta foi apresentada.

6.6.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a Alteração da Composição das Comissões Permanentes aprovada por unanimidade através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprovou a alteração da composição das Comissões Permanentes:
1ª Comissão Permanente: 4 eleitos do PS (Secretário): 3 eleitos da CDU; 1 eleito do PSD e 1 eleito do BE (Secretário)

2ª Comissão Permanente: 4 eleitos do PS (Presidente); 3 eleitos da CDU; 1 eleito do PSD (Secretária); 1 eleito do BE; 1 eleito do CHEGA

3ª Comissão Permanente: 4 eleitos do PS (Presidente); 3 eleitos da CDU (Secretária); 1 eleito do PSD; 1 eleito do BE; Eleita do PAN; Eleito do CDS-PP

4ª Comissão Permanente: 4 eleitos do PS (Secretário); 3 eleitos da CDU; 1 eleito do PSD (Presidente); 1 eleito do BE; 1 eleito do CHEGA

5ª Comissão Permanente: 4 eleitos do PS; 3 eleitos da CDU (Presidente); 1 eleito do PSD; 1 eleito do BE; 1 eleito do CHEGA; Eleita do PAN (Secretária); Eleito do CDS-PP; Ind. Pres. JF Costa da Caparica

6ª Comissão Permanente: 4 eleitos do PS; 3 eleitos da CDU (Presidente); 1 eleito do PSD; 1 eleito do BE (Secretário); 1 eleitos do CHEGA; Eleita do PAN; Eleito do CDS-PP

7ª Comissão Permanente: 4 eleitos do PS (Presidente); 3 eleitos da CDU; 1 eleito do PSD; 1 eleito do BE; 1 eleito do CHEGA (Secretário); Ind. Pres. JF Costa da Caparica.

6.7 – Entrou-se no ponto 3.18 da agenda relativo à apresentação dos Relatórios Semestrais das Comissões Permanente, nos termos do artigo 86º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

6.7.1 – Por consensualização em reunião de Conferencia de Representantes dos Grupos Municipais e Partidos, foi retirado este ponto da agenda da Sessão Ordinária de dezembro 2023.

6.8 – O Senhor Presidente usou da palavra para um voto de saudação e agradecimento à Sociedade Filarmónica União Artística Piedense – SFUAP.

7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 23H45, deu-se por concluída a Segunda Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Terceira Reunião, prevista para 21 de dezembro, pelas 21H15.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Débora Rodrigues, Zélia Silva, António Matos, Helena Azinheira, Mara Rita Silva Martins e Jefferson Oliveira.

9 – Foi verificada a presença de cerca de vinte munícipes. A sessão foi transmita em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.

10 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE_____

O 1º SECRETÁRIO_____

A 2ª SECRETÁRIA_____